



JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO
ANO 22.º

DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO
SEXTA-FEIRA, 2 FEVEREIRO DE 1979

CHEFE DE REDACÇÃO: JOSÉ ESTÉVÃO CRUZ
AVENÇA N.º 1141

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.º e HERD.º DE JOSÉ BARÃO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — TELEF. 254
OFICINAS: EMPRESA LITOGRAFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
LISBOA — TELEF. 361839 FARO — TELEF. 22322 AVULSO 5\$00

NOTA da redacção

EM vésperas do Ano Novo, um petroleiro grego, de nome «Andros Patria» incendiou-se ao largo da costa galega. O navio transportava cem mil toneladas de ramos petrolíferos do Irão para o porto de Roterdão, na Holanda. Durante alguns dias recebeu-se que a «maré negra» atingisse a costa portuguesa. Do mal o menos, pensaremos nós em termos nacionalistas, quando sabemos que o manto oleoso se espalhou nas areias dos nossos vizinhos do Norte de Espanha, embora a tragédia tenha beliscado o futuro da vida humana e a sobrevivência da espécie. O petroleiro sem rumo navegou durante alguns dias nas nos-

sas águas territoriais, na Zona Económica Exclusiva, até à solução do problema. Já alguém imaginou o que aconteceria à estrutura económica da nossa Província, se um desses gigantes vasos transportadores de combustível que passam ao longo da nossa costa se partisse, por acidente, ao meio, lançando o seu gorduroso conteúdo sobre as finas areias brancas das praias algarvias, onde se podem já notar os efeitos da poluição, provocada pela falta de respeito no cumprimento das normas internacionais sobre limpeza, de tais barcos? Era bom pensarmos nisso a sério!

VICISSITUDES DO IMPOSTO DE TURISMO NO ALGARVE

1. — O imposto de turismo é, de origem, um imposto municipal. O art.º 772.º do Código Administrativo dispunha ser permitido, às câmaras municipais dos concelhos em que existam zonas de turismo, o lançamento do imposto de turismo. Assim se foram processando as coisas até 1970: aquelas câmaras muni-

cipais liquidavam, cobravam e arrecadavam o imposto. O decreto-lei n.º 114/70, de

«Publicamos hoje o desenvolvimento do estudo do dr. Almeida Carrapato sobre a aplicação da lei das finanças locais. O dr. Carrapato, dadas as posições que sempre tem assumido, dispensa introduções. No entanto, queremos chamar a atenção dos nossos leitores para o facto de a linguagem técnica se nos afigurar indispensável para o debate esclarecido sobre esta matéria. A importância de tema é por demais evidente, nestes dias em que as autoridades governamentais pretendem «esbulhar» 10 milhões de contos às finanças autárquicas.»

18 de Março, que trouxe a assinatura de Marcelo Caetano, Gonçalves Rapazote, Dias Ro-

mo por elas liquidado e cobrado — art.º 21.º, n.º 2. Isto significa que às câmaras municipais passou a competir liquidar e cobrar o imposto. A C. R. T. A. competia arrecadá-lo. Mas o plano de obras de infra-estruturas urbanísticas, de apoio material ao turismo, constantes do mapa anexo ao referido decreto-lei: Este mapa enumerou as obras de infra-estruturas urbanísticas a executar pela C. R. T. A. em grandes rubricas: 1) abastecimento de águas; 2) drenagem de esgotos; 3) estradas e caminhos. Coerentemente, dispôs o decreto-lei n.º 114/70 que as câmaras municipais deviam entregar à C. R. T. A. até ao dia 10 do mês seguinte ao do seu recebimento, as receitas provenientes do imposto de turis-

ASPECTOS PARTICULARES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (I)

ARTIGO BASEADO NA COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO SEMINÁRIO SOBRE APLICAÇÃO DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

NO momento em que a descentralização administrativa — ou, pelo menos, certa desconcentração — começa a dar os seus primeiros passos, considera-se extremamente importante que o desenvolvimento regional venha a processar-se por forma a não acarretar, em futuro próximo, graves inconvenientes para as zonas abrangidas e, sobretudo, para a vida das suas populações. Com esta participação sobre ASPECTOS PARTICULARES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, com incidência nos problemas que a elaboração dos chamados Planos Directores levantam, pretende-se chamar a atenção dos municípios para aspectos de grande relevância e oportunidade — política municipal, planos de acção, metodologia de processos, etc. — alertando-os, dada a responsabilidade que irá ser exigida a todos os elementos que compõem a Câmara, para a necessidade de uma aprendizagem ao nível da gestão municipal. Ela visa, fundamentalmente, aclarar aspectos relacionados com os «percurso do Desenvolvimento Regional» e com as «etapas prévias do processo — esquemas de elaboração e execução do Plano (2)».

rio de Lisboa», sobre anomalias verificadas com as propostas para a elaboração do Plano de Urbanização de Vila Real de Santo António, sentimos o desejo de estar presente, considerando ser nosso dever tentar situar o problema no lugar que julgamos certo, com o contexto necessário e de acordo com o espírito e a letra da Constituição da República. Aqui estamos pois. A Lei das Finanças Locais veio, neste momento, fazer ressaltar a necessidade urgente de que, de acordo com o Sistema Nacional de Planeamento, seja estabelecida a orgânica do Planeamento Regional e instituído o processo administrativo que torne possível aos órgãos autárquicos definir a sua política de actuação e às populações de participarem nas grandes opções condicionantes do seu próprio destino. Reorganização e reestruturação dos órgãos do Poder Central, estabelecimento das Regiões Plano e Administrativas (hoje, cada sector de actividade estabeleceu a sua própria Re-

pelo arquitecto Rui M. Paula

gião), instituição dos órgãos autárquicos regionais e definição das competências a nível local, regional e central, são tarefas imediatas. Não percebemos mesmo, como, no processo de autonomia financeira, poderá concretizar-se e ser actuante qualquer programa de acção estabelecido pelos municípios, sem que aquelas condições estejam satisfeitas. Por outro lado, o processo implica também numa nova estrutura municipal — serviços de apoio competente e eficientes, visando não só a coordenação e supervisão técnicas, necessárias à condução dos empreendimentos programados mas também à gestão dos vários Planos de Acção. A Lei das Finanças Locais veio também, isoladamente, acelerar o processo dos chamados «Planos Directores», tanto mais que as Câmaras, têm como fundamental, para o desenvol-

(Conclui na 4.ª página)

O CENTENÁRIO DA «CARTA ARCHEOLOGICA DO ALGARVE» UMA EXPOSIÇÃO A NÃO PERDER

MUITO especialmente para os algarvios que residem na capital ou nas suas imediações, a exposição temporária «O Centenário da Carta Archeológica do Algarve, Estácio da Veiga — o Homem e a Obra», patente até ao fim de Fevereiro no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, nos Jerónimos, oferece sobejos motivos de interesse.

Organizada por aquele museu para assinalar a passagem do primeiro centenário do levantamento da carta pelo arqueólogo taviense, a exposição conforme refere o seu roteiro, destina-se igualmente a «homenagear uma figura e uma obra que marcou uma etapa na história da Arqueologia do nosso País.» É por isso, também, que das dezasete vitrinas que constituem a exposição, as primeiras quatro foram dedicadas à caracterização do investigador nos aspectos biográfico (ilustrado, nomeadamente, com fotografias de família e da sua casa de Cabanas de Conceição), literário (com manuscritos da produção poética, dramática e ensaística) e científico, mas orientado para a Botânica e Zoologia. Nas restantes vitrinas, numerosos testemunhos dos períodos Neolítico e Calcolítico, das Idades do Cobre, do Bronze e do Ferro, e ainda das ocupações romana, visigótica e árabe, até ao medievalismo português.

Sendo o Museu Nacional da Arqueologia e Etnologia o herdeiro das colecções algarvias do Museu do Algarve, organizado em 1880 por Estácio da Veiga, e bem assim de importante espólio deste investigador, a exposição constitui uma magnífica oportunidade cultural, aliás perfeitamente servida pelo detalhado «Roteiro» da autoria da conservadora Maria Luísa Veiga Silva Pereira, com a colaboração técnica das conservadoras Maria Garcia Pereira Maia e Maria Amélia Horta Pereira Bubner.

(Conclui na 4.ª página)

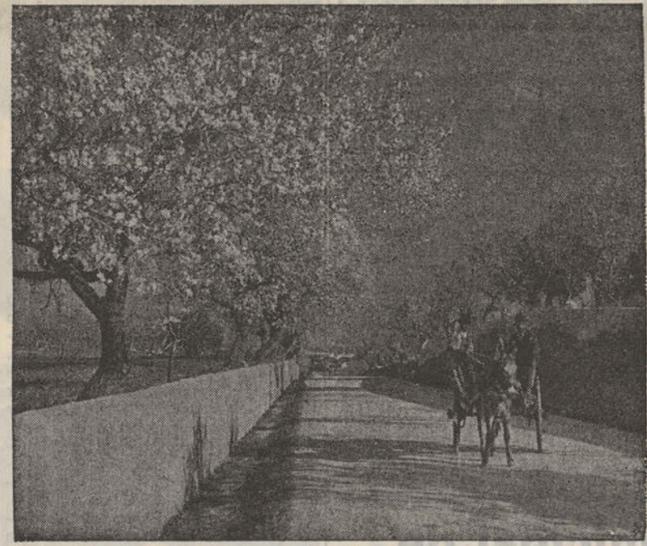
ANÁLISE ESTRUTURAL DAS LENDAS DE MOURAS ENCANTADAS (III)

(Conclusão)

PARALELAMENTE, podemos também notar o desejo da filha em ser desencantada para poder voltar à casa paterna, mostrando-se por isso, tão monopolista como o foi seu pai. Na lenda das três gémeas, há uma filha que contrariamente às suas irmãs, não foge com o pretendente e prefere continuar congelada. «Timidamente a mais nova decidiu — Eu fico! Não conseguirei deixar meu pai por um homem que não é dos nossos». Na lenda da Fonte Cássima, as três filhas do governador estão encantadas, esperando o desencantamento pa-

ra voltarem para o pai. Só duas o conseguem, ficando uma para sempre encantada. «Num misto de dor e de raiva a pobre moura diz entre lágrimas: — Vês o que aconteceu por causa da curiosidade da tua mulher? — Da minha mulher? — Sim, foi ela que cortou o meu pão para ver o que tinha dentro... e com isso condenou-me para sempre. — Para sempre? — Para sempre. Não mais poderei sair desta fonte». Na lenda do Bolo Branco, a moura deseja ardentemente ser desencantada. «Tu representas para mim o meio ideal para o meu fim. — E qual é o

18 de Março, que trouxe a assinatura de Marcelo Caetano, Gonçalves Rapazote, Dias Ro-



Atrás do típico da imagem, tão agradável a quem nos visita, assomam as carências de toda a ordem. O arrecadar do imposto de turismo pelas câmaras pode ajudar na resolução de inúmeros problemas.

NOVOS DIRIGENTES ELEITOS PARA O COMANDO OPERACIONAL DOS BOMBEIROS DO ALGARVE

NAS instalações da Associação dos Industriais de Hotelaria e Similares do Distrito, em Faro, reuniram as direcções e comandos das Corpo-

rações de Bombeiros do Algarve, figurando na agenda da reunião a apresentação de pontos prévios; apreciação do decreto-lei 388/78 e do que se prende a um curso de limitação de avarias, equipamento de desencarceração, material de primeiros socorros, câmara de descompressão, reunião com os presidentes das Câmaras, eleição de delegados, bem como dos novos dirigentes do COBA — Comando Operacional dos Bombeiros do Algarve, distribuição de documentos e informação. Presidiu aos trabalhos o comandante Sérgio Baptista (Vila Real de Santo António), ladeado pelos comandantes Carlos Leal (Loulé); João Lima Cascada (Lagos) e Pais Lobo (Voluntários de Faro).

No período dos pontos prévios, o 2.º comandante Romualdo Pescada, de Vila Real de Santo António, aludiu à prevista criação de um conselho coordenador para as actividades dos bombeiros e à antecipação que nesse sentido se conseguira na região algarvia com a formação do C. O. B. A., pronto a conjugar e a coordenar, a nível da Província, a acção dos bombeiros, em emergências que a justificassem.

(Conclui na 8.ª página)

Assembleia Municipal de Albufeira cria comissão para o Ano da Criança

COM o objectivo de planear e executar no concelho um programa de manifestações comemorativas do Ano Internacional da Criança, foi criada, por deliberação da Assembleia Municipal de Albufeira, uma comissão constituída por membros deste órgão de poder local, um vereador da Câmara, elementos das freguesias, representantes das associações de pais e dos corpos docentes dos estabelecimentos de ensino, do infantário e do Imortal Desportivo Clube. A comissão foi recomendado que deve actuar não somente para a divulgação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, mas também chamar a atenção da opinião pública para o facto de «existirem no mundo milhões de crianças marginalizadas e exploradas, física e intelectualmente, quando não vítimas das mais atrozes barbaridades».

saúde é a maior riqueza

O EXERCÍCIO FÍSICO

O exercício físico é um factor essencial na manutenção de uma boa saúde. No entanto, quando se recomeça ou começa a fazer em idade avançada, é necessário ter cuidado, pois um esforço violento pode ser prejudicial desenvolvendo, por exemplo, um enfarte.

Se tiver uma idade avançada ou alguma doença, sobretudo do foro cardíaco, antes de começar a fazer exercício submetta-se a um exame médico e faça um electrocardiograma.

CRÓNICA DE FARO

por João Leal

Valorização da zona «Vila-a-Dentro» em Faro

É DENOMINADA «Vila-a-Dentro», a zona da cidade de Faro circunscrita pelas antigas muralhas, onde ainda podem ser vistos os locais das antigas portas (Arco da Vila, que substituiu uma das entradas, Portas do Mar e Arco do Repouso). Desde há alguns anos que se vem procedendo à desobstrução, consolidação e restauro das antigas muralhas de modo a dotar a cidade com um valioso património que construações várias «entaiparam» e ora se pretende pôr a descoberto. É assim que, no Largo de São Francisco, se divisa já uma ampla extensão das referidas muralhas, assim como na zona paralela à Ria.

«Vila-a-Dentro», o restauro do Convento de Nossa Senhora da Assunção onde está instalado o Museu Arqueológico e Lapidar e que só por si é motivo de demorada visita, a Sé Catedral, o belo Largo da Sé e a curiosidade de artérias, arcos e construções, conferem-lhe um cunho bem próprio, com bastos motivos de interesse, entre os quais o Paço Episcopal.

Mas é inegável que, no que toca à Reconquista Cristã, o Arco do Repouso tem um significado especial, já que foi a porta de penetração e o local onde o Rei D. Afonso III teria descansado ou repousado após a conquista da cidade aos mouros. Ali se encontra a Capela de Nossa Senhora do Repouso e cujo estado de abandono (vidros partidos, falta de caiação, etc.) é reparo não só dos nacionais, mas dos muitos turistas estrangeiros que por ali passam. Tanto mais que ora vai ser restaurado o Arco do Repouso tarefa desenvolvida pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, cuja acção é de justiça destacar. Para devolver ao local a sua antiga beleza, vão ser demolidos alguns imóveis que o ladeavam.

Importa porém que as artérias interiores da «Vila-a-Dentro» sejam pavimentadas, de preferência de acordo com as características do local e que os monumentos e edifícios que comporta sejam iluminados, tirando-se todo o partido da sua grande beleza.

Assembleia Municipal

Na próxima segunda-feira, reúne às 21,30 horas, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Apreciar o comportamento da Câmara Municipal na condução do processo dos Planos Gerais de Urbanização do concelho de Vila Real de Santo António.
- 2 — Decidir sobre medidas a tomar.

Vende-se

Compressor 180 l. Informa Auto Reparadora — Monte Gordo.

Câmara Municipal de Vila Real de Santo António CERTIDÃO

ANGELO CAMARADA CARRO, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vila Real de Santo António:

Certifico que da acta da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezassete de Janeiro de mil novecentos e setenta e nove, consta uma deliberação do seguinte teor:

UNIVERSIDADE NO ALGARVE — MOÇÃO — VOTO DE SATISFAÇÃO

Pelo Vereador Senhor Manuel Rosa foi apresentada e lida a seguinte moção:

Pela votação verificada na Assembleia da República no passado dia dezasseis queremos congratular-nos, pois a partir dessa data o Algarve ficou mais rico. Face à tomada de posição justa para a criação da Universidade nesta Província, ficamos convencidos de que efectivamente o Orgão Central olha de frente aos problemas que afectam as províncias deste País, particularmente a do Algarve.

Que desta moção se dê conhecimento, à Assembleia da República, Presidente da República, Governo, Governador Civil, e Assembleia Distrital, e aos meios de comunicação social.

A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder-lhe a sua aprovação e promover a sua divulgação junto das entidades nela referida.

Por ser verdade e para constar, passo a presente que assino e autenticar com o selo em branco deste Município.

Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vila Real de Santo António, vinte e quatro de Janeiro de mil novecentos e setenta e nove.

O Chefe da Secretaria,

Angelo Camarada Carro

Vaga de professor do 1.º Grupo

Encontra-se vaga um horário completo para professor do 1.º Grupo na Escola Preparatória de Portimão, de acordo com o disposto no n.º 2.1 do despacho 51/78 do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário. O prazo para recepção das candidaturas termina na próxima segunda-feira, dia 5.

Parte de prédio cai, em Monte Gordo

No Largo da Igreja, em Monte Gordo, está a ser construído um prédio, pertença do sr. Mário Chumbinho. Por força de ventos ciclónicos desmoronou-se a parede do primeiro andar, lado norte, da construção, que tombou sobre o telhado da habitação contígua, onde reside o sr. João Rei. Por sorte, tanto o sr. Rei como os seus parentes encontravam-se na cozinha, na altura do aluimento, única dependência a escapar incólume, enquanto várias outras ruíram, sendo os prejuízos bastante elevados.

Foi solicitada a comparação dos Bombeiros de Vila Real de Santo António, que acorrem prontamente, não chegando todavia, a intervir, por não haverem desastres pessoais.

Um desastre insólito

Quando se dirigia para casa no sítio da Aldeia Nova, concelho de Castro Marim, a sr.ª D. Erena Rodrigues Viegas, de 47 anos, casada, doméstica, escorregou num saco de plástico que se encontrava no solo e foi cair sobre o veio de uma betoneira das obras de um armazém junto à sua residência. O maquinismo enrolou-lhe as roupas, produzindo sucessivos golpes, e prendeu-lhe os cabelos, até que parou, devido a encaixe provocado pela própria roupa. Aos gritos da senhora, acorreu seu marido, sr. António da Silva Nobre, que conseguiu libertá-la da crítica situação.

Levada muito contusa e com deslocamento de parte do couro cabeludo, por uma ambulância do Serviço 202, para o hospital de Faro, ali ficou internada.

O voo das aves

Pelo sr. José António Cabrita Carvalho foram encontrados, na zona de Messines, vários tordos, portadores de anilhas com a inscrição: «BDF — GMF — 73/15».

JORNAL DA SAÚDE

coordenado pelo dr. Varela Pires

lants em vez de ligas, meias com elásticos ou cintas que não sejam muito apertadas.

O exercício incrementa o retorno venoso nas pernas e diminui o peso no sistema capilar. Faça todas as noites ao deitar o movimento de pedalar, deitado de costas e com as pernas estendidas verticalmente e a seguir flexão e alongamento da parte inferior da perna, deitado sobre o estômago. Procure que as botas, que usa durante o Inverno, não apertem excessivamente a barriga das pernas e impeçam a circulação. Mas, por princípio, é sempre preferível usar sapatos confortáveis, não muito apertados e com saltos baixos. É mau para a elegância mas a saúde é mais importante.

O frio, principalmente o frio húmido, provoca crises vasomotoras nos doentes com perturbações de circulação periférica. Assim, durante o tempo frio e húmido, aconselha-se uso de luvas e meias quentes.

Estar muito tempo de pé, ou estar perto de uma fonte de calor aumenta o risco de capilarite (inflamação dos vasos capilares). Durante o dia de trabalho, deve-se fazer um intervalo, descansando as pernas numa posição mais alta, o que ajuda a aliviar o ardor e a sensação de peso nas pernas. Também uma longa viagem de carro, com a imobilidade a que tal obriga, pode ser um factor de risco. Para ajudar a circulação das extremidades, devemos programar paragens para esticar as pernas. Não fume! As perturbações da circulação periférica estão directamente relacionadas com a quantidade de cigarros fumados.

Qual é a melhor maneira de tirar os feios pelos das pernas e ter pernas lisas e bonitas? Esta pergunta muitas mulheres já terão feito. O método de maior duração é indiscutivelmente o da cera quente. Mas o contacto entre o calor e a estrutura vascular, desenvolve placas de capilarite. Se uma senhora pensa que deve absolutamente ver-se livre dos pelos das pernas, deverá usar outros métodos, nomeadamente cera fria, cremes depilatórios ou simplesmente uma lâmina, os quais também não se podem considerar métodos perfeitos.

Hoje pode-se escolher a data do nascimento dos filhos. Porque não evitar as dificuldades de uma gravidez durante os meses quentes de Verão? Quando o sistema vascular já está em mau estado, as pernas pesadas e inchadas com o calor, é ainda necessário aumentar o desconforto com o uso de meias fortes de suporte, tão difíceis de aguentar nessa época do ano.

AGENDA

Farmácias

DE SERVIÇO

Em ALBUFEIRA, hoje, a Farmácia Piedade; e até quinta-feira, a Farmácia Alves de Sousa.

Em FARO, hoje, a Farmácia Almeida; amanhã, Montepio; domingo, Higiene; segunda-feira, Graça Mira; terça, Pereira Gago; quarta, Pontes Sequeira e quinta-feira, Baptista.

Em LAGOS, hoje, a Farmácia Ribeiro Lopes; amanhã, Lacobrigense; domingo, Silva; segunda-feira, Neves; terça, Ribeiro Lopes; quarta, Lacobrigense e quinta-feira, Silva.

Em LOULE, hoje, a Farmácia Chagas; amanhã, Pinheiro; domingo, Pinto; segunda-feira, Avenida; terça, Madeira; quarta, Chagas e quinta-feira, Pinheiro.

Em OLHAO, hoje, a Farmácia Pacheco; amanhã, Progresso; domingo, Olhanense; segunda-feira, Ferro; terça, Rocha; quarta, Pacheco e quinta-feira, Progresso.

Em PORTIMÃO, hoje, a Farmácia Amparo; amanhã, Dias; domingo, Oliveira Furtado; segunda-feira, Moderna; terça, Carvalho; quarta, Rosa Nunes e quinta-feira, Amparo.

Em TAVIRA, hoje, a Farmácia Central; amanhã, Franco; domingo, Sousa; segunda-feira, Montepio; terça, Aboim; quarta, Central e quinta-feira, Franco.

Em VILA REAL DE SANTO ANTONIO, hoje, a Farmácia Carmo; e até quinta-feira, a Farmácia Silva.

Cinemas

Em ALBUFEIRA, no Cine-Pax, hoje, «Quando acaba a inocência»; amanhã, «O homem da máscara de ferro»; domingo, «Os dois demissionários»; terça-feira, «Drácula pai & filho»; quarta-feira, «Saias acima... já»; quinta-feira, «O passageiro da chuva».

Em LAGOS, no Teatro Cinema Império, hoje, «Em família»; amanhã e domingo, «Orca, a fúria dos mares»; terça-feira, «Os filhos de ninguém»; quarta-feira, «Lucrecia Borgia»; quinta-feira, «O horizonte ficou em chamas».

Em LOULE, no Cine-Teatro Louletano, amanhã, «Os 3 indomáveis selvagens»; domingo, «O borrachinho»; terça-feira, «12 indomáveis patifes»; quinta-feira, «A insatisfeita».

Em PORTIMÃO, no Cine-Teatro, hoje, «A mancha do passado»; amanhã, «Duelo em Glory City»; domingo, «As férias gloriosas»; segunda-feira, «Em família»; terça-feira, «Uma canção, outra não»; quarta-feira, «Assalto em Telavive»; quinta-feira, «Abba».

Em SILVES, no Cine-Teatro Silvesense, hoje, «Os terríveis»; amanhã, variedades; domingo, em matinée e soirée, «A virgem, o touro e o capricórnio»; terça-feira, «Orgia em Aculpo»; quinta-feira, «A feminista».

Em S. BARTOLOMEU DE MESSINES, no Cine-Teatro João de Deus, hoje, «As irmãs»; amanhã, «O sangue

dos outros»; domingo, «A última loucura»; quinta-feira, «Ouro».

Em VILA REAL DE SANTO ANTONIO, no Cine-Foz, amanhã, «O vale do amor»; domingo, «Os malucos em Espanha»; terça-feira, «As amazonas do karate»; quinta-feira «O homem da maratona».

Necrologia

Humberto Maria Vaz de Barros Vasques

Faleceu em Lisboa, o sr. Humberto Maria Vaz de Barros Vasques, natural de Loulé e residente em Portimão, exercendo as funções de tesoureiro do Hotel Algarve, na Praia da Rocha.

D. Antónia Dias

Em Vila Real de Santo António, de onde era natural, faleceu a sr.ª D. Antónia Dias, viúva de Aurélio Mendes. Era mãe das sr.ªs D. Elizabeth Dias Mendes Monteiro, D. Aurélio Dias Mendes e D. Maria Adalina Dias Mendes Monteiro e do sr. Agostinho Dias Mendes; e sogra da sr.ª D. Maria Vitória Lima Mendes e dos srs. Manuel Tácio Monteiro, Vicente Tácio Monteiro e António Henrique Felício.

Deixa 8 netos e 4 bisnetos.

Joaquim Pedro Correia

Em Portimão, onde há largos anos residia, faleceu o sr. Joaquim Pedro Correia, de 84 anos, natural de Tavira. Deixa viúva a sr.ª D. Maria de

AGRADECIMENTO

MARIA EMA DE OLIVEIRA

Suas irmãs e cunhados por não lhes ser possível fazê-lo pessoalmente, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que a acompanharam à última morada ou que de qualquer forma manifestaram o seu pesar.

FARO

AGRADECIMENTO

MARIA ANTONINA SERPA GOES DA SILVA LOPES

Sua família, na impossibilidade de o poder fazer pessoalmente, vem, por este meio, agradecer a todas as pessoas que lhes deram todo o apoio moral durante a peritina doença que a vitimou, assim como a todas aquelas que a acompanharam à sua última morada ou, por qualquer forma lhes expressaram toda a sua solidariedade durante tão doloroso transe.

Correias trapezoidais EM BORRACHA

Casa Chaves Caminha, Lisboa — Av. Rio Janeiro, 19-B — Porto — Rua Santa Teresa, 19.

Deus Batista Correia e era pai da sr.ª D. Maria Diamantina B. Correia e dos srs. Joaquim Batista Pedro Correia, Francisco B. Correia, Américo B. Correia, António B. Correia e José Maria B. Correia; sogro das sr.ªs D. Miquelina Parra Sabino Correia, D. Rosália Marques Correia, D. Zerzéria Santos Correia, D. Isabel Fernandes Correia e D. Luzia do Carmo Correia; avô das sr.ªs D. Alzira Sabino B. Correia, D. Maria Diamantina B. Ferreira, D. Maria Telma F. Correia, D. Paula Marques Correia, D. Maria Manuela Marques Correia, D. Maria Elisabeth Carmo Correia e D. Teresa Carmo Correia, e dos srs. Joaquim João Sabino Correia, José Francisco Marques Correia, Walter Santos Correia, Rui José S. Correia e menino José Manuel Correia; e bisavô dos meninos José Diamantino Ferreira, Alexandre Miguel, Sofia Isabel, Patrícia Isabel, Ana Filipa Correia, Bruno Miguel, Vítor Manuel, Hugo Miguel e Cláudio Miguel.

As famílias enlutadas, apresenta *Jornal do Algarve* sentidos pêsames.

Lotas

De 18 a 24 de Janeiro

VILA REAL DE STO. ANTONIO

TRAIINEIRAS:	
Lestia	110 200\$00
Infante	99 200\$00
Rainha do Sul	91 300\$00
Pérola do Guadiana	80 000\$00
Apóstolo S. João	79 300\$00
Flor do Sul	56 500\$00
Mira Mar	38 000\$00
Biscaia	28 800\$00
Apóstolo S. João	12 100\$00
Total	595 400\$00

De 17 a 26 de Janeiro

TRAIINEIRAS:	
Caju	390 100\$00
Cidade Benguelá	302 800\$00
Conservaria	302 700\$00
Nova Clarinha	293 100\$00
Nova Esperança	267 700\$00
Amazona	252 000\$00
Estrela do Sul	189 000\$00
Diamante	167 000\$00
Alecrim	164 200\$00
Prateada	164 200\$00
Arda	140 000\$00
Nossa Sr.ª Piedade	130 900\$00
Princesa do Sul	108 300\$00
Liberta	80 700\$00
Audaz	68 000\$00
Norte	63 450\$00
Costa Azul	14 700\$00
Total	3 098 850\$00



Bar Santo António

Trespasa-se por motivo de proprietário não poder estar à frente do negócio. Informa o mesmo por telefone 257, — em Vila Real de Santo António.

Vende-se casa

Comércio e Habitação e Quintal com árvores de fruto, situada em Almejoafra — Paderne, junto da estrada municipal.

Traça Raúl da Encarnação Nunes, Rua S. Gonçalo de Lagos, 2 — 8200 — Albufeira — Telefone 52493.

Construção Civil / Alvará

Eng.º Civil disponível para quadro técnico de empreiteiro
Telef. 2 75 62 FARO

VENDE-SE

Propriedade c/ 18 hectares, água e luz, casa para caseiro c/ 6 divisões, estábulo, lagar, cavalariça e pocilgas.

1.220 Pereiras, 500 Citrinos, 600 Pessegueiros, 50 Ameixelas, 50 Oliveiras e 1 hectar de vinha.

Diversas outras árvores. Dista da Praia de Monte Gordo 10 Km aproximadamente com bom acesso.

Condições de venda a combinar.

A Petrogal tem para venda 33 viaturas ligeiras sendo:

- 1 MORRIS MARINA 1.800; 1 VOLKSWAGEN 1.600; 1 VOLKSWAGEN 1.300; 1 VOLKSWAGEN 1.302; 2 PEUGEOT 404 D — PLATEAU GABINE; 1 RENAULT 4 FV; 1 RENAULT 4 L/4 V; 25 RENAULT 4 L.

Estas viaturas encontram-se na Refinaria de Sines, onde podem ser vistas nas horas normais de serviço.

A relação com as matrículas e as respectivas condições de venda, poderão ser solicitadas nos Serviços da Direcção Administrativa dessa Refinaria ou nos Serviços de Compras da Petrogal, Rua Alecrim 57-3.º em Lisboa.

As propostas com os preços em separado para cada uma das viaturas devem ser enviadas em carta lacrada com a indicação bem legível «PROPOSTA DE COMPRA N.º 1022/DC2 — A», para a Rua das Flores, 7, 1113 Lisboa Codex, onde deverão dar entrada até às 16 horas do dia 26/2/79.

Não serão consideradas propostas que apresentem somente preço global para conjuntos de viaturas.

FIRESTONE PNEUS

TAVIRA: Rua D. Marcelino Franco, 45
e Pr. Zacarias Guerreiro, 3-A
COM ALINHAMENTO DE DIRECÇÕES

Vicissitudes do imposto de turismo no Algarve

(Conclusão da 1.ª página)

feito era conceder à C. R. T. A. um novo prazo para execução do plano de obras, já que o antecedente tinha precludido. Não procedeu assim, porém. No entanto, o plano de obras de infra-estruturas urbanas a executar pela C. R. T. A. poderia, *ex vi legis*, ser cumprido até 31-12-75. Daí que a Comissão Regional continuasse a arrecadar o imposto de turismo, vindo, mais tarde, a ficar 4% do seu montante para as câmaras, para cobertura de encargos com a liquidação e cobrança, o que a breve trecho se mostrou insuficiente. Mas, *dura lex sed lex*.

2. — Aconteceu que em 5 de Junho de 1975, pelo decreto-lei n.º 278/75, foi criado o Gabinete de Planeamento da Região do Algarve — GAPA, que no n.º 2 do seu art.º 3.º dispôs como segue: «é transferida para o Gabinete a competência da Comissão Regional de Turismo do Algarve para o estudo e realização das infra-estruturas integradas no seu plano de obras».

Quer dizer: o plano de obras infra-estruturais da C. R. T. A. e cuja obrigação de executar por parte deste organismo do Estado, que aliás nunca teve personalidade jurídica, justificava em parte a arrecadação do imposto de turismo, deixou de ser da competência da Comissão, tendo ipso jure sido integrado, no Gabinete de Planeamento, o plano, a obrigação de o executar e o pessoal a ele afecto.

Sublata causa, effectus cessat — dispõe a doutrina, mas, no caso em apreço, tal não sucedeu. É que mesmo depois de 5 de Junho de 1975, as câmaras municipais continuaram a liquidar e cobrar o imposto de turismo e a remetê-lo à C. R. T. A., que continuou a arrecadá-lo, até Janeiro de 1979.

Não houve inovação jurídica no regime que vinha a observar-se. Daí que os municípios passassem legalmente a ser «esbuhados» duma receita que a eles deveria regressar, pelo menos na parte afecta ao plano de obras. A ratio legis que provocara a remessa do imposto cobrado para a Comissão Regional já não subsistia, em magna parte, mas a arrecadação do imposto por esta continuava. Era injusto, mas não ilegal.

3. — Agora, pela Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro (lei das finanças locais), as coisas mudaram radicalmente.

Pelo art.º 5.º, constitui receita fiscal a arrecadar (não apenas a liquidar e a cobrar) pelos municípios a totalidade do produto da cobrança do imposto de turismo. Aquele art.º 5.º mais não fez do que provocar o regresso do imposto de turismo à sua natural origem: os municípios.

Este preceito sobreleva o disposto no art.º 21.º, n.º 2 do decreto-lei n.º 114/70, de 18 de Março, que impunha às câmaras a obrigação de entregar à C. R. T. A. as receitas provenientes do imposto de turismo. De resto, é princípio básico, em matéria de aplicação das leis no tempo, que a lei posterior, mesmo à falta de revogação expressa ou explícita, revoga a lei anterior. Mas a Lei n.º 1/79 adoptou no seu art.º 27.º uma norma expressa de revogação tácita, o que reforça a asserção. Assim é que al se diz que «é revogada toda a legislação geral e especial que contrarie as disposições da presente lei». E na verdade uma disposição que atribui a outra entidade que não a autarquia municipal o direito de arrecadar um imposto contraria frontalmente uma outra que atribui ao município esse direito de arrecadação total. Quer dizer, o art.º 21.º, n.º 2 do decreto-lei n.º 114/70, de 18 de Março, contraria o preceituado no art.º 5.º, alínea a), n.º 4 da Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro. Daí que tenha ficado postergado pela norma revogatória do art.º 27.º da Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro.

Claro que, globalmente, a Lei n.º 1/79 não revogou o decreto-lei n.º 114/70. A Lei é de finanças locais; não extinguiu, é fácil de ver, por se afigurar de meridiana clareza, um or-

ganismo do Estado, a C. R. T. A., mas revogou, isso sim, toda a matéria de finanças locais que o decreto-lei de 1970 contemplava por essa matéria ficar prevista na nova lei. Toda a matéria fiscal contemplada no decreto-lei de 18 de Março de 1970 e que contraria a arrecadação do imposto municipal de turismo pelos municípios ficou revogada.

Resultará daí descapitalização dum órgão? Isso não importa à lei de finanças locais. O órgão, para subsistir, carecerá de capitalizar-se? Isso, quanto aos municípios, ficou, pela lei n.º 1/79, a constituir res inter alios. Não se fará a capitalização do órgão pelas forças do imposto de turismo. Pelo menos, obrigatoriamente. Esta afirmação é autorizada pelos art.ºs 5.º e 27.º da Lei n.º 1/79. E fazemo-la apenas por razões de direito positivo. Essas é que devem comandar num Estado democrático de Direito, e o intérprete no seu trabalho de exegese. E são válidas, independentemente das vicissitudes que a Lei venha a sofrer na sua aplicação.

TRIBUNA LIVRE

DISCURSO SOBRE A DEMOCRACIA

Consagrada na Constituição portuguesa (e em substancial parte do mundo civilizado) a prática democrática deve exercer-se constantemente nas instâncias governativas, elas próprias produto de um ou mais actos democráticos — as eleições. Obviamente, também não estão desobrigados desse exercício os órgãos autárquicos, quer quando da sua formação, quer no funcionamento. Curiosamente, à medida que descemos na hierarquia gestonária social, maiores desvios aos preceitos democráticos se observam, e, ao aproximarmos-nos da célula dita básica ou inicial — a família — é enorme a frequência dos atropelos, embora de gravidade relativa. Pretende-se com este intróito dizer que uma prática democrática não é inata, antes assumida, e tanto mais quanto maior for a preparação ou formação prévia do indivíduo.

É por isso que não basta a Declaração dos Direitos da Criança para que estas deixem de ser exploradas ou brutalizadas, como não chega a Declaração dos Direitos do Homem para que, numa enxovia qualquer, não seja possível crescer alguns artigos com a ponta do chanfallo.

Para alguns a democracia é um aprendizado fácil e natural. Para outros (mesmo quando não os usam confessá-lo) ela não passa de um estorvo às medidas fulgurantes com que se tenta atalhar caminho e, afinal, se acaba atolado.

Prescindir da prática democrática pode, eventualmente, conduzir a resultados, mas os vícios (esses, sim, inerentes a qualquer solução autocrática) não deixarão de cobrar o seu juro.

Particularmente nos nossos dias; particularmente entre as figuras dirigentes ou responsabilizadas, a prática da mais rigorosa democracia não pode ser adiada ou evitada, entendendo-se abrangida a clara consciência de que servir não é servir-se. Isto, sob pena de se abrir mão da pedagogia de que carecemos (seja no quotidiano familiar, seja nas eleições para a Presidência da República); sob pena de, adubado pela ignorância, vermos instalar-se o descrédito na menos imperfeita forma de exercício do poder; sob pena, enfim, de transigrir com o delírio e a ambição patológica dos candidatos a salvadores.

Jorge Batista

COMPRO

Casas de habitação com terreno ou só terreno de preferência com água própria.

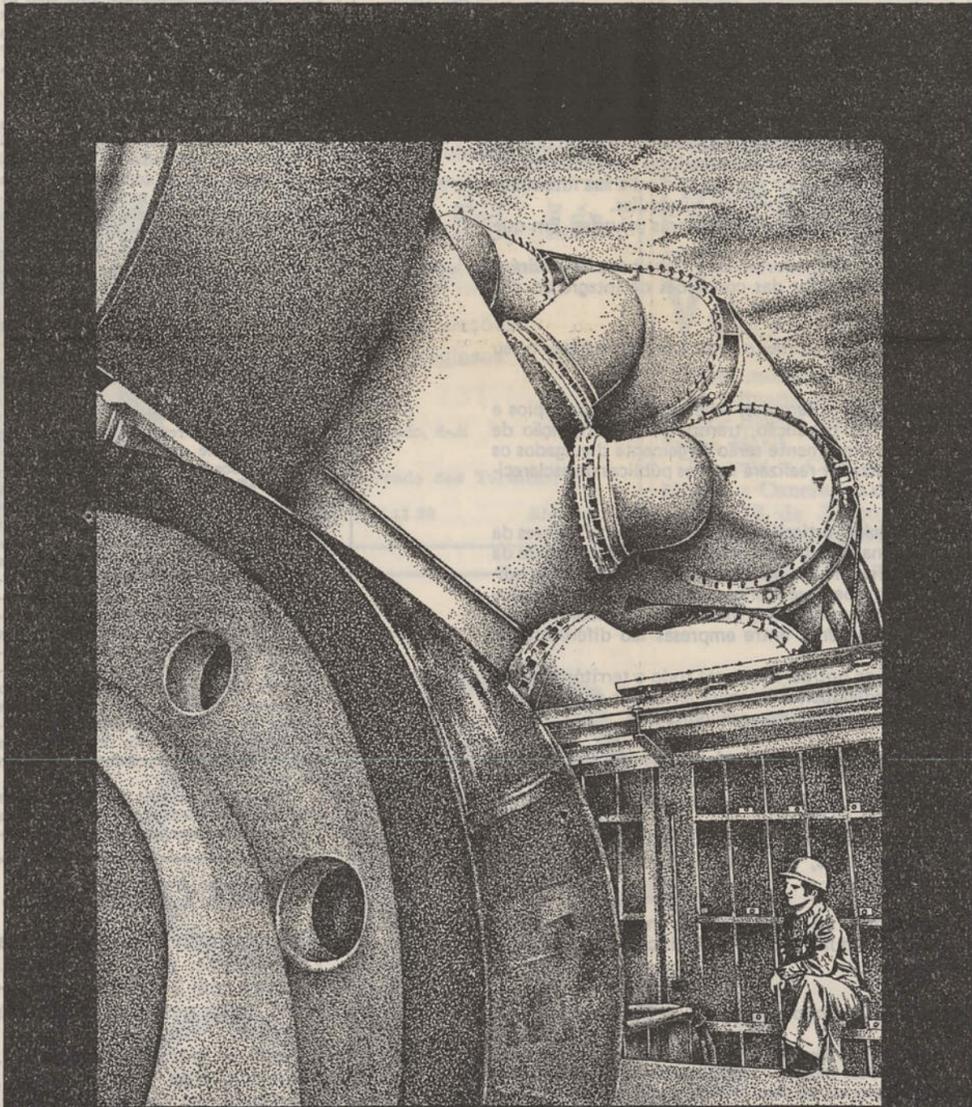
Agradece-se todos os detalhes e valores pretendidos.

Resposta ao Apartado, 73 — 8100 — Loulé — Codex.

CASA

Aluga-se, com quintal, mesmo precisando reparos, zona Vila Real de Santo António ou Tavira.

Resposta a este jornal ao n.º 34/79.



Cimentar o futuro do país... Cimpör

Para cimentar o futuro do País, a CIMPÖR dispõe de seis Centros de Produção e nove Entrepósitos, tem uma capacidade global de produção de 4.400.000 toneladas por ano e está a ampliar as suas instalações para mais

um milhão de toneladas por ano. A CIMPÖR possui avançada tecnologia em equipamento e métodos de trabalho. A capacidade de resposta da CIMPÖR garante a qualidade do cimento produzido e uma cada vez maior facilidade de distribuição a nível nacional.

CIMPÖR



Cimentos de Portugal, E.P.

Sede: Rua Braamcamp 7-T, Lisboa 1-Tel. 59161/66
Teleg. CIMPOR/LISBOA - Telex. 12433 CIMPOR P



FELISBERTO CORREIA

— TÉCNICO DE CONTAS —
(Inscrito na D. G. C. I.)
Telef. 25643 PORTIMÃO

Assistência e responsabilidade técnica de contabilidades do grupo A

Montagem e supervisão de escritas de todos os ramos de actividade

Pareceres contabilísticos — Orientação fiscal
GABINETE: Largo D. João II, 36-1.º

DELEGAÇÃO EM LISBOA
Trata de todos os assuntos para as empresas

Novos dirigentes eleitos para o Comando Operacional dos Bombeiros do Algarve

(Conclusão da 1.ª página)

Manifestou estranheza pelo facto de o C. O. B. A., criado e aprovado pelas Corporações do Algarve em 15-10-77, não ter orientado os trabalhos de apresentação ao público da auto-escada Magirus, em Loulé, onde o desfile dos bombeiros não teria decorrido da forma mais desejável. O comandante José Filipe Ribeiro, de Tavira, referiu, a propósito, que a formatura de Loulé resultaria maior do que inicialmente se previa e que houvesse ainda o inconveniente da actuação simultânea de duas fanfarras, uma à frente e outra atrás da formatura. Aproveitou para esclarecer os factores que tinham levado à promulgação do decreto 388, com aspectos considerados negativos para a acção dos bombeiros, os quais haviam sido debatidos e alterados em recente sessão da Assembleia da República.

O comandante Carlos Leal agradeceu a colaboração recebida das Corporações algarvias na festa de apresentação da auto-escada, em Loulé, e o comandante Jorge Gouveia, de S. Brás de Alportel, quis saber o que havia quanto à uniformização das taxas de transportes em auto-macas, sendo informado que está para breve nova reunião de delegados das Federações, aguardando-se que da mesma saiam, nesse sentido, decisões a nível do País.

O presidente da mesa lembrou a conveniência de se efectuar, antes do próximo Verão, um curso de limitação de avarias, pedindo aos novos dirigentes da Federação de Bombeiros do Algarve que acompanhassem o assunto com o capitão do porto de Faro; referiu como se tem feito sentir na Província a falta de equipamento de desencarceração, para cuja entrega havia promessas não concretizadas do Serviço Nacional de Ambulâncias; aludiu à falta de uma dotação de material de primeiros socorros que pode vir a ser necessário em caso de emergência, assunto que ainda não tivera resposta favorável do delegado distrital de Saúde, e à falta de uma câmara de descompressão no Algarve, que

JORNAL DO ALGARVE
N.º 1141 — 2-2-79

TRIBUNAL JUDICIAL DA
COMARCA DE VILA REAL
DE SANTO ANTÓNIO

Anúncio

2.ª PUBLICAÇÃO

Jelo Juízo de Direito desta comarca e respectiva secção, correm éditos de 30 dias contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando o executado JOAQUIM DE OLIVEIRA PALHA, casado, industrial, residente em parte incerta e com última residência conhecida na Aldeia Turística de Monte Fino, freguesia e concelho de Vila Real de Santo António, para no prazo de CINCO DIAS findo que seja o dos éditos, deduzir oposição nos autos de execução de sentença n.º 65-B/75 que o Banco Português do Atlântico move contra o executado acima referido e a Outro, pagar ao exequente ou nomear bens à penhora, sob pena de se considerar devolvido a este o direito de nomeação de bens à penhora.

Vila Real de Santo António, 17 de Janeiro de 1979.

O Juiz de Direito,

António Alberto de Carvalho
Saraiva Coelho

O Ajudante de Escrivão,

António Manuel da Fonseca
Costa

não tem tido das entidades responsáveis a receptividade que seria de desejar, bem como a uma nova reunião dos presidentes das Câmaras com os comandos e direcções dos bombeiros, para resolução de assuntos pendentes, que o presidente do Município de Loulé prometera dinamizar sem que até ao momento, mais nada se soubesse.

O sr. Lourenço Simões, da direcção dos Voluntários de Faro, afirmou existir um desfasamento entre as direcções e os comandos dos bombeiros, pelo que iria promover uma reunião das direcções, a nível distrital. Manifestou pleno apoio à ideia do sr. José Manuel Baptista, presidente da direcção da Corporação de Albufeira.

Procedeu-se então à eleição do delegado do Algarve à assembleia dos delegados das Federações dos bombeiros do País recaindo a escolha no comandante Sérgio Baptista.

NOVOS DIRIGENTES PARA O C. O. B. A.

Debatida a orgânica do COBA e o retraimento de que tem sido alvo por parte de alguns sectores, foi de novo dado relevo às vantagens que, em caso de emergências, poderão advir da sua acção para as populações do Algarve. Lido o respectivo regulamento, procedeu-se à eleição dos responsáveis do COBA para os próximos dois anos (1979/1980), para a zona de Barlavento sendo eleitos os comandantes João Lima Cascada, Carlos Duarte Monteiro (Monchique) e Alberto Leal (Portimão) e para a de Sotaventos os comandantes José Filipe Ribeiro, Bernardino dos Santos (Municipais de Faro) e João Nogueira (Olhão).

No período das informações, foi referido que, a uma consulta da Federação à Junta de Energia Nuclear sobre a eventual existência de locais com radioactividade no Algarve, fora respondido existir na CIMPOR em Loulé, um aparelho de controlo de níveis com 110 millicurie de cobalto-60.

O comandante Sérgio Baptista agradeceu às direcções e comandos a colaboração prestada ao COBA durante o seu mandato e o ajudante Dionísio Viegas, de Tavira, presidente cessante da Federação de Bombeiros do Algarve, agradeceu os apoios que tivera e referiu que 1979, com a criação do conselho coordenador, iria ser bastante melhor para as corporações de bombeiros.

O COBA, que, pelas referências de que foi alvo, para além da eleição dos seus novos responsáveis, se tornaria o principal «tema» desta reunião, tem provocado certa controvérsia em alguns sectores ligados aos bombeiros, onde talvez não hajam sido plenamente compreendidos os motivos que nortearam a sua criação. Estes, todavia, parecem perfeitamente enquadrados no ideal de altruísmo (e eficiência) que é timbre dos Soldados da Paz, visando sobretudo prevenir e atender situações de emergência fáceis de acontecer e que, uma vez surgidas, poderão redundar em autênticas catástrofes, como infelizmente tem acontecido em menos avisadas regiões do País, onde as soluções só são estudadas e procuradas já depois dos factos consumados, com perdas de vidas e haveres que talvez se houvesse podido evitar.

Diz o regulamento do COBA que este «foi criado a fim de resolver situações graves que venham a registar-se na nossa Província ou fora desta, em que as Corporações de Bombeiros venham em conjunto a ser chamadas para agir em qualquer dos três serviços a que se devotam: «incêndios, saúde ou socorros a náufragos». Não há dúvida que os propósitos estão claros e bem definidos, visando uma coordenação que, existindo, só poderá trazer vantagens às populações abrangidas. Deste modo, parece não se justificar qualquer má vontade face ao comum objectivo de melhor e mais eficientemente servir que impulsionou os iniciadores do COBA.

B. V.

TRESPASSA-SE

Cervejaria SOUSA em Vila Nova de Cacela, frente ao Mercado. Trata o próprio no local.

Casa vende-se

Em Tavira, com chave, 1.º andar com quintal. Trata Dr. Eduardo Mansinho, advogado — Tavira.

Análise Estrutural das Lendas de Mouras Encantadas

(Conclusão da 1.ª página)

seu fim? — A minha libertação em troca do tesouro de meu pai...» «A jovem moura impacientou-se: queres ou não ajudar-me?»

E, quando a curiosidade da mulher daquele que a desencantara impediu esse desencantamento, a moura furiosa deu-lhe um cinto para dar à sua mulher, que seria o intermediário da sua vingança.

«Passando junto de uma árvore, e para descarregar o seu desespero, bateu com o cinto no tronco à moda de chitotada. Então com enorme espanto seu a árvore cafu cortada cerce como se o cinto fosse lâmina afiadíssima».

Na lenda do Forno da Cal, a moura deseja ardentemente o seu desencantamento porque isso lhe proporcionaria voltar para o sítio habitado pela figura paterna.

«Homem generoso, que tão cedo quebraste o encanto em que por tantos milhares de anos esperava fazer!...» «Tinha desaparecido. Voava talvez nas asas do vento até às terras queridas da sua nova pátria onde a família a esperava...»

Como se viu até aqui, em todas as lendas, o litígio religioso exerce uma função dentro da lenda, mais metafórica do que real. De facto, em todas as lendas que nós aqui analisámos, e não só nelas mas noutras, a fronteira religiosa aparece para representar duas ordens de consanguinidade. É esta diferenciação que permite abordar o problema, independentemente do suposto e apresentado quando estudamos o verso, em termos de proibição de incesto. A fronteira religiosa funciona então como fronteira incestuosa. Ela faz figurar a interdição, desde que o desejo de um pelo outro se manifeste dentro do mesmo espaço religioso; a permissão, desde que um dos protagonistas da relação amorosa pertença a uma religião distinta da do outro.

Mas o impedimento da relação incestuosa não se desenvolve gratuitamente, ele exige uma compensação de carácter social e cultural. Neste sentido, a proibição permite uma passagem da natureza à cultura.

Assim: Na lenda da Ribeira de Odelouca, em que a moura foge do pai para acompanhar o cristão, o pai furioso segue-a chamando por ela. A moura desaparece e do seu rasto surge uma ribeira.

Na lenda da Moura de Faro, o pai encanta a filha que foge nos braços do cristão e nesse momento ela desaparece e aparecem farrapos nos braços deste.

Na lenda de Algoz, a moura não consegue ser desencantada, surgindo então uma lagoa no sítio onde ela se encontrava.

Na lenda da Fonte de Espiche, a condição de desencantamento é ao mesmo tempo uma compensação. Quer dizer: a cultura da salsa como condição de desencantamento constitui simultaneamente a compensação perante a impossibilidade do mesmo desencantamento. «Até que haja quem neste sítio semeie salsa regada com água do maná, cresça e floresça».

Pelo contrário nas situações de reverso a compensação deixa de existir, precisamente porque não há impedimento. Ou melhor: aqui a compensação ganha um teor fiduciário, auriífero, luxo, o que não corresponde propriamente àquilo a que nós consideramos compensação até aqui, isto é não a passagem da natureza à riqueza, mas da natureza à cultura (sociedade).

Enquanto que, em termos de verso, a representação lendária conducente à interdição do incesto assinala a passagem da animalidade à humanidade, da natureza à cultura, e deste modo a acentuação é feita sobre a fundação da agricultura como condição de sociedade, de cultura, já no domínio do reverso este trânsito é anulado e o ouro que constituiria aparentemente uma compensação vai conotar uma paisagem desértica. Quer dizer, não

Pinto a saudade em tela imaginária, dura vida, para nela beber, a ausência vária entristecida.

Do livro

NATAIS DE EXÍLIO

Do poeta e prosador algarvio e nosso colaborador

A. VICENTE CAMPINAS

Uma edição do JORNAL DO ALGARVE

Pedidos directamente ao autor

(Cx. Postal 2740, Lisboa - 2)

ou para o «Jornal do Algarve»

Sessões de autógrafos

Foi transferida para o próximo sábado, 3 de Fevereiro, a sessão de autógrafos do nosso colaborador A. Vicente Campinas, a realizar na Damia, com o livro «Natais de Exílio».

Outras sessões estão em preparação, em Sintra, Amadora, Almada, etc.

Colocação de professores

Foi aprovado em Conselho de Ministros um projecto de decreto-lei sobre a colocação de professores provisórios e eventuais dos ensinos preparatório e secundário. No referido projecto de diploma, que revoga o Decreto-Lei n.º 262/77, de 23 de Junho, tomam-se as seguintes opções fundamentais: a) As colocações serão feitas em três fases.

Na 1.ª fase, far-se-ão as colocações ao abrigo da preferência conjugal, as de professores profissionalizados, as reconduções dos professores provisórios eventuais com habilitação própria e as dos professores com habilitação suficiente vinculados ao MEIC. Na 2.ª fase, que incluirá as vagas não preenchidas na 1.ª fase e as que lhe forem supervenientes, far-se-á a colocação de professores profissionalizados ainda não colocados, a de professores, com habilitação própria também ainda não colocados e ainda a dos docentes com habilitação suficiente vinculados ao MEIC e ainda não colocados. Na 3.ª fase, preencher-se-ão, através de propostas dos conselhos directivos, as vagas ainda existentes.

b) Para efeitos de graduação na docência, o tempo de serviço já prestado será de 1 valor por cada ano, até ao limite de 20 anos, excepto no que se refere ao concurso de professores dos ensinos preparatório e secundário, relativamente aos quais a medida só será aplicável no concurso a realizar em 1980 e seguintes. c) Será de dois, sendo um do ensino preparatório e outro do ensino secundário, o número máximo de grupos, subgrupos, disciplinas ou especialidades a que os opositores ao concurso poderão candidatar-se desde que, para tal, disponham de habilitação própria, sendo um deles, obrigatoriamente aquele em que poderá solicitar recondução. d) Será de dois, sendo um do ensino preparatório e outro do ensino secundário, o número máximo de grupos, subgrupos, disciplinas ou especialidades a que os opositores ao concurso poderão candidatar-se desde que, para tal, disponham de habilitação suficiente. e) Considerar-se-ão vinculados ao MEIC todos os candidatos colocados na 1.ª fase e 2.ª fase e os que estando em serviço no dia 30 de Setembro do ano anterior aquele a que o concurso respeita, tenham concorrido a todo o continente sem obterem colocação, quer na 1.ª fase quer na 2.ª fase.

Em ALBUFEIRA, Jornal do Algarve encontra-se à venda no estabelecimento do sr. João Veiga.

Aspectos Particulares do Desenvolvimento Regional

(Conclusão da 1.ª página)

vimento das suas áreas de intervenção, disporem daquele documento.

Qualidade de vida, preservação do ambiente, salvaguarda dos interesses das populações, defesa das conquistas da Revolução, são factores essenciais que não podem estar alheios a todo o esquema conducente ao estabelecimento dos princípios fundamentais do Desenvolvimento Regional.

Informação correcta sobre a situação existente — análise sócio-económica, política e cultural — e avaliação das necessidades das populações — participação dos órgãos de base, prioridades — são o ponto de partida para esse Desenvolvimento, tendo em vista os objectivos para a sociedade portuguesa expressos na Constituição da República e no documento que instituiu o Sistema Nacional de Planeamento e que são:

— Bem estar e qualidade de vida do povo, em especial das classes mais desfavorecidas.

— Participação organizada do povo, designadamente das classes trabalhadoras e das suas organizações, na resolução dos problemas nacionais.

— Socialização dos meios de produção e riqueza, por formas adequadas às características do momento histórico.

— Independência nacional e a sua promoção através de adequadas condições políticas, económicas, sociais e culturais.

É pois oportuno esclarecer, para que serve o Plano. Que objectivos deverá ele visar? Quais os caminhos a percorrer para os atingir? Que tipo de opções políticas deverá integrar?

Antes de mais, as populações deverão estar preparadas para participarem no equacionar dos problemas e aptas à tomada de decisões.

Sobre este aspecto, qual tem sido a acção dos municípios? Que tipo de esclarecimento tem sido levado às populações? Que preparação tem sido dada ao povo nas várias localidades? Mais, como tem sido esse povo solicitado a participar na vida pública, na gestão da Administração?

Não nos podemos esquecer que a grande maioria dos municípios funciona como se nada se tivesse passado neste país. O contexto em que a vida municipal se move está paralisado pela inexistência de estruturas ao nível do Planeamento Regional, como se o «comando» continuasse a depender, exclusivamente, da Administração Central. Não se poderá admitir mais que os municípios prolonguem a sua incapacidade de dar solução aos problemas, que urge resolver nos respectivos concelhos, à semelhança da incapacidade do Poder Central.

Não é mais possível. As Câmaras representam a vontade do povo, que as elegeu. Devem portanto proceder por forma a dar resposta eficiente, «adulta» e válida às várias solicitações. Devem estar esclarecidas como proceder em relação ao próprio sistema, dado que as «soluções» terão de manter acordo com as linhas principais de um projecto socialista e que passa, fundamentalmente, pela utilização efectiva, com decisivos instrumentos de intervenção, das estruturas produtivas sob responsabilidade directa do Estado e pela garantia de abertura à intervenção e ao crescente domínio dos trabalhadores sobre as condições de produção e distribuição dos produtos do trabalho e sobre as grandes medidas económicas e sociais.

Um Plano deverá representar algo de vivo e de dinâmico. Um Plano tem a ver, directamente, com a comuni-

dade que serve, com a criação de bem estar e riqueza nas zonas da sua intervenção. Ele está em permanente sincronismo com as necessidades dessas populações e quotidianamente, presente nas decisões e opções que se torna necessário tomar.

Um Plano faz-se todos os dias, com o coração e a cabeça, em contacto com a comunidade, com os problemas de todos os dias.

Não se coaduna portanto com a encomenda directa e «fria» do dossier regulador, em que a vida das populações, que se sucedem nos territórios abrangidos, fica, porventura, condicionada às regras nele estabelecidas ou ao arbítrio de decisões que os interesses e as pressões lhe movem.

Quando oportuno, aplica-se o Plano — é a lei — quando assim não se entende, fica na gaveta e aplicam-se critérios diversos.

Assiste-se, actualmente, à oferta de serviços por parte de técnicos e empresas de projectos dispondo de máquinas organizadas fazedoras de Planos e de fornecimento de dossiers definidores de aproveitamento e de ocupações de solos.

É rara a Câmara Municipal que não recebe, daqueles, propostas, mais ou menos aliciantes, para, em condições vantajosas, elaborarem, a curto prazo, os Planos Directores dos seus concelhos, perfeitamente integrados em Decretos-Lei obsoletos e ultrapassados, mas em vigor. Vantagens essas que saem muito caras aos municípios e às populações. Vantagens essas que somente aqueles beneficiam porquanto nada têm a ver com o «caminhar a par e passo» da vida municipal e das comunidades abrangidas, porque ficam desligados do Programa da sua execução, e se alheiam das opções a tomar nos momentos oportunos, e ainda, porque os critérios estabelecidos definidores de acções ao longo do tempo não serão por eles ajustados e devidamente coordenados com a evolução sócio-económica e cultural dessas mesmas comunidades.

Considerando-se que o Plano reflectirá determinado esquema político estabelecido — aquele que a Constituição da República determina — não poderá ficar ao critério do Grupo de Trabalho que o irá elaborar, a definição das grandes linhas orientadoras do desenvolvimento de uma Região bem como as opções nele implícitas.

A participação dos especialistas faz-se de forma disciplinada e de acordo com o grau de intervenção, necessário em cada momento — Apoio ao município nas acções prévias. Esclarecimento da comunidade. Concretização de propostas de desenvolvimento.

Para já, consideramos que deverão ser estabelecidas três grandes etapas no processo do «Plano Director». Primeiramente, criar informação e definir política municipal; depois, estabelecer os princípios e as bases orientadoras do Plano; por último, proceder à elaboração do Plano.

Um município deverá, antes de mais, ter como preocupação fundamental o trabalho prévio que as duas primeiras etapas representam no esquema que lhe permitirá dispôr do Plano, porquanto ele concretiza, ao nível do Planeamento Regional, o processo político definido e escolhido pelas populações.

Conforme definimos no início, concretizaremos, em próximo artigo, as «etapas prévias do processo e esquemas de elaboração e execução do Plano».

Lisboa, Janeiro 1979.

J. Pombo Lopes

MÉDICO

ESTOMATOLOGISTA

CIRURGIA ORAL

Consultas com marcação

3.ª, 5.ª e 6.ª das 16 às 19 h. Rua Reitor Teixeira Guedes, 3-2.º — Telef. 27833 — FARO.

PRECISA-SE

Andares ou casas mobiliadas no Algarve, perto das praias.

Uma com 2 quartos para Julho; outra com 3 quartos para Agosto.

Indicar pormenores para J. Queirós, Rua Antero Araújo, 52-Porto, ou telefone 48 7902, às 21 horas.

Poupe Diesel... Compre um

DEUTZ

O tractor que se amortiza por si ano após ano Não se deixe enganar FAÇA CÁLCULOS

Concessionário exclusivo para o Algarve:

TAVIAGRO

Rua Jacques Pessoa, 26 - 26-A

Telefs. 23115-22928 TAVIRA

COMUNICADO COMUNICADO COMUNICADO COMUNICADO COMUNICADO COMUNICADO COMUNICADO

SINDEL

Sindicato da Indústria de Electricidade

O Decreto-Lei n.º 205/75, que integrava na EDP a pequena distribuição, apontava para uma racionalização do sector pretendendo corrigir distorções, melhorando os processos técnicos com a consequente melhoria do serviço público, etc.

Essa racionalização passava e passa, como é evidente, pela uniformização do estatuto dos trabalhadores, perspectivando o equilíbrio de salários e regalias.

É este desafio que o SINDEL-Sindicato da Indústria de Electricidade, o qual se encontra em fase de constituição por um grupo de trabalhadores democráticos da EDP e Serviços Municipalizados, aceitará e será por ele que iniciará a sua luta sindical, se para tanto, lhe for dada força pelos trabalhadores das autarquias.

Encontram-se já integradas algumas pequenas distribuidoras privadas. Em que condições se processaram essas integrações?

Quem defende os interesses desses trabalhadores? Que trabalhadores ouvirá o MIT para a elaboração do Decreto-Lei definidor das condições de integração dos trabalhadores dessas empresas?

É neste campo que o SINDEL lança o seu primeiro aviso e pretende travar o seu primeiro combate.

Alertamos pois, os nossos colegas das autarquias, federações de municípios e pequenas empresas privadas do sector de produção, transporte e distribuição de energia, para estarem atentos, dado que brevemente serão largamente divulgados os estatutos do SINDEL e o Grupo Dinamizador realizará sessões públicas de esclarecimento e debate por todo o país.

O SINDEL, integrará, numa verdadeira verticalização, todos os trabalhadores da EDP, Serviços Municipalizados e pequena distribuição privada que, independente da sua profissão, função ou categoria profissional, a ele livre e democraticamente aderem, em contraste com pseudo verticalizações que fabricando afinidades entre trabalhadores que nenhum interesse possuem em comum, mais não pretendem do que dividi-los pela disparidade económica existente entre empresas tão diferenciadas.

O SINDEL, ao contrário de todos os outros, abrangerá todo o território nacional, defendendo sempre as liberdades individuais e intervirá em todos os problemas que afectem os trabalhadores, lutando pelas suas justas reivindicações.

Terá igualmente o SINDEL, que lutar pela transformação do sindicalismo corporativo num sindicalismo democrático onde todos possam expor livremente as suas opiniões e onde as profissões minoritárias sejam ouvidas e respeitadas.

É este o sindicalismo que oferecemos a todos os trabalhadores da Indústria de Electricidade (EDP, Serviços Municipalizados, Empresas privadas de distribuição existentes no Continente, Açores e Madeira).

A prática do Sindicalismo Democrático é a consagração de um conjunto de normas e princípios alcançado ao longo de árduas lutas pela dignificação do homem e sua inserção numa sociedade mais justa.

P'lo Grupo Dinamizador do SINDEL-Sindicato da Indústria de Electricidade

José Marques Simões — Electricista da Central do Carregado

João Pato Ribeiro — Electricista da Central do Carregado

Almirante Ribeiro Peixoto — Motorista dos Serv. Municip. de Gaz e Electr. do Porto

Ángelo Maia Mendes — Emp. Escritório do Sector do Equip. Hidráulico do Porto

Custódio José Alves Lopes — Emp. Escritório do Sector do Equip. Hidráulico do Porto

Sanches Ferreira — Desenhador da Zona de Distribuição de Lisboa

COMUNICADO

O Secretariado Coordenador das Associações de Inquilinos divulgou o seguinte comunicado:

«A imprensa tem ultimamente referido declarações do sr. ministro das Obras Públicas e da Habitação relativamente à revisão do regime das rendas de casa, em que se prevê o seu aumento.

O Secretariado Coordenador das Associações de Inquilinos (SCAI) manifesta forte preocupação quanto a este projecto, porquanto, ao contrário do que se afirma, o aumento das rendas não promoveria o investimento privado na construção de habitações acessíveis à grande maioria das 600 mil famílias actualmente sem alojamento digno, agravaria a situação económica da população e o conflito social senhorio-inquilino, com a inevitável sobrecarga dos tribunais.

O SCAI protesta que, em face da grave crise habitacional, se procure

aumentar as rendas e não se adoptem medidas que obriguem o aluguer das casas vagas, que promovem o aproveitamento de casas degradadas ainda recuperáveis e se não suspendam os despejos que têm causado e estão causando tanta dor e miséria.

As associações de inquilinos declaram mais uma vez ser por demais evidente que a política habitacional que interessa ao país tem de englobar múltiplos aspectos, que se interpenetram, e não, como se tem feito e se quer continuar a fazer, adoptando medidas parcelares sempre em prejuízo dos inquilinos e das associações e cooperativas de moradores.

As Associações de Inquilinos apelam para a população convidando-a a reclamar a criação, no quadro da Constituição da República, dum Serviço Nacional de Habitação, cujas bases as mesmas associações entregarão proximamente à consideração dos deputados à Assembleia da República.»

VENDEM-SE

Propriedades na Praia da Alagoa (Algarve). Duas junto ao mar.

Tratar com Encarnação Justo Alexandre — Manta-Rota — Vila Nova de Cacela.

OFERECE-SE

Casal novo com 23 e 26 anos para tomar conta de casa de estrangeiros. Pessoas extremamente sérias, e competentes para desempenhar tal cargo. De preferência no centro do Algarve.

Resposta a este Jornal ao n.º 94/79.

Alcoutim, concelho esquecido, apresenta plano de actividades

(Conclusão da última página)

projecto da chamada estrada marginal, que na óptica do Município, contribuiria para o desenvolvimento da região, dado que o traçado foge à linha da cordilheira de serras existentes, tornando a ligação com outros centros urbanos mais rápida e seria, além disso, uma valorização para o turismo algarvio. Esta via já tem os projectos feitos e poder-se-ia executar em três fases.

ASSISTENCIA SANITARIA

Igualmente neste sector a Câmara vê a necessidade da Administração Central, através do seu órgão administrativo competente, solucionar os problemas de assistência médica do concelho, bem como, tomar providências para a construção do lar para a terceira idade. Para o problema da assistência médica, vai propor a construção de centros sanitários rurais, podendo, para o efeito, recuperar as instalações das Casas do Povo, com obras necessárias para o fim que se pretende, para que o médico ao executar o seu trabalho, tenha os meios e as instalações mínimas indispensáveis ao bom desempenho das suas funções, pessoal de enfermagem, uma sala de tratamentos e os meios indispensáveis para execução dos mesmos, e que os doentes possam dispor de salas de espera com a necessária protecção contra as intempéries.

Para a terceira idade, projecta a construção de um Lar na antiga pensão, aguardando o despacho ministerial de expropriação, para dar seguimento a este empreendimento.

Não só o problema de instalações sanitárias existe. Há ainda o da falta de clínicos, sobretudo, o delegado de Saúde, cuja colocação não tem passado de meras promessas do sector competente, apesar da Câmara, dada a falta de habitação no concelho ter adquirido um imóvel para residência do mesmo. A acrescentar ao exposto no campo da saúde, uma lacuna mais há para a qual o município, tem tido várias promessas. É o caso da ambulância para o transporte de doentes e feridos em estado grave, tendo já feito a Câmara diverso expediente.

HABITAÇÃO

«Certos proprietários vão escusar-se ao cumprimento da lei, pelo que, ter-se-ão de tomar as medidas necessárias à demolição, expropriação e reconstrução dos fogos degradados, necessitando para o empreendimento apoios financeiros do Ministério da Habitação, de forma a contribuir para a solução do problema habitacional de Alcoutim». — Diz a Câmara que vai solicitar ao Fundo de Fomento de Habitação a construção dos 48 fogos prometidos. Igualmente, está a Câmara a diligenciar junto dos departamentos estatais que possuem «Obras Sociais», como seja o quadro da Guarda Fiscal, para que esta entidade promova a construção de blocos residenciais para os seus funcionários, cedendo para tal o Município os terrenos respectivos.

EDUCAÇÃO

O concelho dispõe de uma suficiente rede escolar a nível do ensino primário e tem dois postos de Tele-Escola, verificando-se a não existência de estabelecimentos do ensino secundário. A localidade mais próxima que o serve é Vila Real de Santo António. O custo do transporte dos alunos ronda os cinco contos anuais. Assim, há a necessidade da construção em Alcoutim de uma escola do ensino secundário, assunto este que, superiormente já foi analisado, pelo que o Município o inclui e propõe.

RECONHECIMENTO CADASTRAL DO CONCELHO

Para um maior aproveitamento económico e com vista à aplicação da nova Lei sobre finanças das Autarquias Locais, actualizará o reconhecimento cadastral fiscal do concelho, já solicitado à entidade competente.

TURISMO

A Câmara considera prioritárias as seguintes acções e obras: reabertura da fronteira, como acção de carácter geral, assunto já solicitado superiormente; Construção de uma pousada com base na antiga Fortaleza, projecto este já pedido ao sector de Turismo; Carreiras fluviais no Guadiana, Vila Real de Santo António-Alcoutim e vice-versa.

AGRICULTURA

Alcoutim assenta aqui a sua economia. Todavia, só um estudo aprofundado poderá solucionar o problema, pelo que solicitará dos serviços competentes o início deste trabalho, que poderia ao mesmo tempo ser executado com o estudo do aproveitamento hidráulico do concelho.

Algarve

Para comprar ou vender vendas, terrenos, moradias e quintas em bons locais, consulte Teixeira — Rua de Santa Justa, 22-2.º eq. — Lisboa.

A PONTA DA AREIA

(Conclusão da última página)

cado Municipal, seja muito mais cuidada, de forma que a sujidade nas mesmas não dê motivo para chamar a atenção dos naturais e dos visitantes, nacionais e estrangeiros, desta linha vila fronteiriça do sul do País.

Antero Vila Nova

União dos Sindicatos promove, em Vila Real de Santo António, comício de apoio à Reforma Agrária

No salão de festas do Lusitano Futebol Clube, decorreu, no último sábado, um comício de solidariedade e apoio à Reforma Agrária, a que compareceu numeroso público, promovido pela União dos Sindicatos de Faro, na sequência das propostas aprovadas no I Encontro dos Trabalhadores do Algarve, realizado em Faro.

Na mesa estavam representantes da União dos Sindicatos, da Intersindical Nacional, do Sindicato das Conservas e do Sindicato da Hotelaria. Em várias intervenções de fundo, vivamente aplaudidas pelo público presente, foram referidas as condições de vida dos trabalhadores nos campos do Alentejo e condenada a actuação do MAP. Foi aprovada uma moção onde se condenava a acção do actual Governo.

No final houve canto livre, tendo actuado o grupo de intervenção vila-realense Vozes de Abril. A sessão foi ser vista.

Algarve

Compro barraca, casa ou apartamento perto de praias de Alvor até Vila Real de Santo António. Carta para Rua Correeiros, 221-3.º Dto. — Lisboa, ou telefone 32 33 09.

prejudicada pelos constantes cortes de energia, acontecidos durante a tarde de sábado, por motivo de reparações na rede eléctrica.

Um aniversário em força

A 28 de Janeiro — Cooperativa Operária de Construção Civil, comemorou no último domingo o seu primeiro aniversário. Com efeito esta nova unidade de produção, a segunda a existir no concelho, viu acorrer à sua festa, realizada num armazém camarário, numerosas pessoas e delegações das suas congéneres de Faro, da União das Cooperativas do Algarve e da Esperança do Sul. Actuaram durante a parte de canto livre os grupos Coral de Pioneiros de Vila Real de Santo António, Práxis e Vozes de Abril.

Da intervenção de fundo, a cargo da 28 de Janeiro, salientamos a seguinte passagem, significativa para a compreensão do papel das cooperativas na sociedade dos nossos dias:

«No trabalho árduo, os cooperantes da 28 de Janeiro aprenderam a viver em comum, a saber que as grandes dificuldades se tornam pequenas, porque são partilhadas; a perceber que é mesquinho o egoísmo, mesmo parecendo justificado, quando é posto ao lado do interesse de todos (...). Mas nas cooperativas não é só o trabalho interno ou seja o da produção e organização que nós cooperantes temos (...) sabemos muito bem que há quem nos ponha mais rasos que à nossa moeda, quem nos lance calúnias, principalmente aos mais responsáveis.»

J. C.

Sérgio Farrajota Ramos

Médico dermatovenerologista Professor agregado de Medicina Interna

DOENÇAS DA PELE E VENEREAS

Consultório e Residência: Rua Transversal à Av.º 25 de Abril — Lote 9/10 r/c B Consultas a partir das 17 h. Telefone 23398 — Portimão

Vende-se

Casa mobilada na Praia de Faro, situada próximo à ponte, por detrás do Restaurante Santa Maria.

Informa a Casa de Móveis Nunes e Canelas, Lda. Rua 18 de Junho, 215 — Olhão — Telef. 72164 e 72790.



Funerária do Sul, Lda.

Gerência de João Estêvão

Funerais, trasladações e artigos religiosos

Rua Paula Vicente 15 Praça Humberto Delgado, 4-A

(Junto ao Mercado das Toreatas)

Telefs. 276 10 45 - 276 11 20

ALMADA

TÉCNICA DO FRIO - CONSTRUÇÃO CIVIL
POLIESTIRENO EXPANDIDO STYROPOR®
PLACAS DE ESPUMA

- * Isolamento Térmico
- * Isolamento Acústico
- * Decoração
- * Medidas Max. das Placas: 4 x 1m.
- * Espessuras: 1 a 50 Cms.

® Marca Registrada da BASF AG. Ludwigshafen/R.F.A.



COMPANHIA INDUSTRIAL DE PLÁSTICOS DACO, LDA

Estrada de Mato Cheirinhos

Abóboda - Carcavelos

Telefs: 2440731 - 2440947 - 2440992

CONSULTE O DEPARTAMENTO TÉCNICO DA DACO

Freguesias e Municípios

(Conclusão da última página)

para a criação da Universidade nesta Província, ficamos convencidos de que efectivamente o Orgão Central olha de frente aos problemas que afectam as províncias deste país, particularmente a do Algarve.»

LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

Pelo sr. António Reis, presidente da edilidade, foi apresentada uma proposta que mereceu a unanimidade da Câmara Municipal, cujo teor, dada a importância e possíveis repercussões, transcrevemos integralmente:

«A Câmara arrecadará a partir desta data, o imposto de turismo cobrado referente ao ano de 1979 e seguintes, utilizando-o em obras de infra-estruturas essencialmente turísticas e de animação do concelho. Que se comunique à CRTA e restantes câmaras do distrito.»

A câmara fundamentou a sua decisão no artigo 5.º alínea a) da Lei n.º 1/79 «Finanças Locais».

PSD APRESENTA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA REIVINDICAÇÕES DE BOLIQUEIME

O PSD apresentou, pelo deputado António Nobre, a pedido do presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, um requerimento, cujos considerandos foram assim expressos:

I — Considerando que nos planos orçamentais da Câmara de Loulé, designadamente os de 1972, 1973, 1974 se definiam verbas cujo objectivo específico era a construção de esgotos e a canalização de água em Boliqueime. II — Considerando que essas verbas não passaram de meras promessas nunca cumpridas, constituindo um slogan vazio de conteúdo do regime de depósito. III — Considerando que o 2.º de Abril e fundamentalmente a democratização daí decorrente, especialmente no que se refere à descentralização administrativa, veio trazer um novo alento, no sentido de materializar as aspirações e anseios das populações locais. IV — Considerando que Boliqueime, povoação situada no coração da província do Algarve, com cerca de 2.500 habitantes, com uma agricultura próspera e um índice de desenvolvimento comercial e industrial superior a muitas sedes de concelho, espera há mais de 5 anos por esse melhoramento indispensável ao seu crescimento económico e demográfico. V — Considerando que o problema da água e dos esgotos, é não só a mais legítima aspiração dos seus habitantes como a mais candente necessidade, o que aliás é atestado pela importância que os Partidos lhe atribuíram incluindo esse desideratum como uma das alíneas dos seus programas apresentados nas eleições para as autarquias locais. VI — Considerando que o presidente da edilidade louletana em longa entrevista concedida ao jornal «Voz de Loulé» em Outubro de 1977 declarou expressamente que a canalização da água em Boliqueime era uma realidade muito em breve. VII — Considerando que o presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, sr. Jorge Manuel Dias Coelho, tem tido uma acção relevante em prol do seu engrandecimento designadamente esforçando-se no sentido de a dotar do melhoramento acima citado. VIII — Considerando que há 19 anos existem dois furos a 3 km da povoação com abundância de água o que torna necessariamente mais fácil a obra a empreender. IX — Considerando que por isso mesmo a obra respectiva foi adjudicada e celebrado o respectivo contrato em 27-12-77 pela quantia de 12 521 813\$00, isto é há mais de um ano. X — Considerando que o protelamento do início da obra torna-a mais cara face à galopante inflação e desvalorização da moeda, originando uma excessiva oneração no seu custo total, o que evidentemente preocupa o responsável da freguesia, pois que é uma pessoa responsável e atenta à realidade económica nacional e concretamente à debilidade do erário público. XI — Considerando que o presidente da freguesia de Boliqueime, revestido da autoridade mo-

ral que lhe advém do crédito democrático que lhe foi concedido maioritariamente pelos seus habitantes está preocupado e não encontra resposta a estas incongruências que se traduzem em desrespeito e prejuízo para o Povo de Boliqueime.

Pergunta-se ao Governo quais as razões de tão insólito comportamento e quais os impedimentos que têm obstaculado ao início da referida obra, solicitando-se simultaneamente a rápida superação dos mesmos a fim de satisfazer uma aspiração sucessivamente adiada.

500 HABITAÇÕES SOCIAIS EM PERIGO, EM OLHÃO, REVELA A APU

Em comunicado, a Aliança Povo Unido, através da sua comissão concelhia de Olhão, afirma estarem em perigo 500 habitações sociais prometidas para esta localidade, devido à «actuação do Governo Mota Pinto-PPD, por imposição do Fundo Monetário Internacional».

«A procura de habitação na nossa terra, atingiu neste momento o limite do desespero. Assim, no campo do mercado habitacional, as rendas das casas de 3 assoalhada ultrapassam já o salário normal de um trabalhador» — continua aquela frente eleitoral, referindo-se a Olhão, para, depois e mais adiante, continuar: «A solução só poderá ser encontrada na dinamização de processos de construção de habitação socialista, como a habitação social e a auto-construção que, na nossa vila, têm como expoentes representativos as Associações SAAL 11 de Março e 18 de Maio.

«Ora é exactamente contra esta solução que se pronuncia o actual Governo (...) ao pretender retirar as verbas prometidas à Câmara Municipal de Olhão, para construção de mais 500 casas deste tipo, nomeadamente as prometidas aos moradores do Siroco, a 2.ª fase da Associação 18 de Maio, as casas pré-fabricadas para a Fuseta e os novos fogos previstos nos terrenos frontais ao Bairro 8 de Outubro».

JORNAL DO ALGARVE N.º 1141 — 2-2-79

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LAGOS

Anúncio

2.ª PUBLICAÇÃO

Faz saber que no dia 19 de Fevereiro de 1979, pelas 10 horas, à porta do Tribunal Judicial de Lagos e nos autos de carta precatória n.º 236, vinda do 2.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa - 1.ª Secção, extraída dos autos de Execução de sentença n.º 6 939-C, que Sociedade Comercial Guerim, SARL, com sede em Lisboa move contra ADELINA LUCRÉCIA GUERREIRO, solteira, maior, residente na Rua Conselheiro Joaquim Machado, n.º 27 em Lagos, não-de ser postas em praça, pela primeira vez, para serem arrematadas ao maior lance oferecido acima do valor indicado nos autos, as quotas sociais que a referida executada Adelina Lucrécia Guerreiro, possui nas firmas «Lima & Guerreiro, Limitada», com sede na Rua Conselheiro Joaquim Machado, 24/26, em Lagos e «GUERREIRO & NEVES, LIMITADA», com sede na Rua da Atalaia, 15-17 em Lagos.

Lagos, 6 de Janeiro de 1979.

O Juiz de Direito,

Joaquim José de Sousa Dinis

O Ajudante de Escrivão,

António de Jesus Ribeiro

Escola Secundária do Poeta António Aleixo — Portimão

AVISO

Avizam-se os candidatos a servente eventual daquela Escola, de que se encontra afixada a lista de classificação, tendo 10 dias a partir do dia 29 de Janeiro, para possíveis reclamações.

Agradece-se a comparência dos primeiros 6 candidatos na Secretaria daquele estabelecimento de ensino.

O CONSELHO DIRECTIVO

TURISMO EM NOTÍCIA

265 MILHÕES DE TURISTAS —MOVIMENTO MUNDIAL NO ANO FINDO

Três cifras situam a actividade turística na sua autêntica dimensão: Robert Lonati, secretário-geral da Organização Mundial de Turismo — OMT, anunciou em Madrid que em 1978 foram gastos em todo o mundo 2,8 milhões de contos em despesas de turismo, tendo saído dos respectivos países 265 milhões de turistas, enquanto mais de um bilião fez férias nos seus próprios países.

Apontam-nos estes números para o facto de as férias e consequentemente o turismo vir a conhecer um lugar cada vez mais importante na vida contemporânea. Relativamente a 1977 os aumentos cifraram-se em 9 por cento no que se refere a movimento de turistas e em 15 por cento no volume das receitas. Factor decisivo para este incremento, segundo a OMT, foi a liberalização do tráfego aéreo sobretudo nas linhas entre a Europa e a América do Norte, zonas que juntamente com o Japão constituem os grandes pólos da atracção turística mundial. A cabeça figura a Europa com 70% do movimento turístico mundial, mas de referir que 75% desse movimento é determinado por turismo inter-países europeus. Também em relação a 1978 se registou um sensível aumento do turismo em África, com números que ultrapassam os registados em percentagem nos outros continentes. Três países — Tunísia, Marrocos e Quênia, apostados decididamente na actividade turística, absorvem 70% do turismo para o continente africano que, segundo a opinião dos técnicos, pode vir a constituir um dos grandes destinos da década de 80.

Além do problema da saturação das zonas tradicionais de vilegiatura, com as questões da massificação e outras que lhe estão interligadas, apontam para essas previsões do aumento do tráfego turístico para África, nos próximos anos.

POSTO DE TURISMO DE FARO

Foi de 50 752 o número total de turistas que abordaram o Posto de Turismo de Faro, durante o ano findo. Aquele número repartiu-se entre 10727 portugueses e 40 025 estrangeiros. O mês de maior movimento foi o de Agosto em que se registou um total de 13 365 turistas com 2 571 portugueses e 10 794 estrangeiros.

ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DO ALGARVE

O dr. Severo dos Santos, director do Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira, em representação do Secretário de Estado do Turismo, presidiu em Faro, na Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, ao ressumir de funções do sr. Horácio Cavaco Guerreiro, no cargo de director deste estabelecimento de formação profissional. Ao usar da palavra o dr. Severo dos Santos afirmou ser altamente provável que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) subsidie as obras que vão ser feitas com vista a uma maior funcionalidade da EHTA, bem como do apoio por aquele organismo internacional, com esquemas de assistência técnica, por forma a que a Escola volte a reconquistar o prestígio que já teve e que, entretanto se degradou por tal forma que esteve iminente o seu encerramento, com a consequente instauração de processo de inquérito aos anteriores gestores. O director do Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira afirmou ainda: — «A administração de então entendeu criar um sistema que era um estranho mecanismo entre a autogestão e a indigestão». Traçou o perfil de Cavaco Guerreiro, que dirigiu a Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, até

1975 e que é um conceituado técnico, com inegável prestígio nacional e internacional. Em nome da Associação dos Industriais de Hotelaria e Turismo do Algarve, o seu presidente, dr. Oliveira Santos, prometeu a melhor colaboração dos hoteleiros da região na colocação dos novos profissionais dali saídos, desde que a formação ministrada volte a ter as características de qualidade anteriores a 1975.

RESTAURANTE «COPACABANA» EM MONTE GORDO

O conhecido restaurante «Copacabana», uma das mais conceituadas unidades do seu género existentes no sotavento algarvio, em Monte Gordo (com excelente situação frente à praia e na avenida principal) vai sofrer várias obras de remodelação passando a ser gerido sob a direcção do dinâmico empresário Santos Silva, director do Aparhotel Guadiana.

SEGURO TURÍSTICO CONTRA A CHUVA

Atitude inédita na actividade turística portuguesa foi agora tomada pelas organizações hoteleiras «Fernando Baratas», com estabelecimentos em Albufeira, Lisboa e Londres. Assim, sempre que, nos períodos de 1 de Novembro a 23 de Dezembro de 1979 e de 5 de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1980, chover ao longo de pelo menos uma hora entre as 9 da manhã e as 6 da tarde, os hóspedes do hotel «Sol e Mar», em Albufeira, terão direito a um seguro de 5 libras, por pessoa e por dia.

Tal seguro será titulado por um «voucher» do valor referido, negociável no «cocktail-bar» ou nas «boutiques» do hotel, ou ainda em qualquer dos restaurantes ou hotéis da organização.

OFERTA TURÍSTICA A TRABALHADORES PORTUGUESES

Procurando dar a conhecer o Algarve a um cada vez maior número de trabalhadores portugueses e ao mesmo tempo expressar o apreço ao esforço por eles desenvolvido em prol da recuperação económica do País, as organizações hoteleiras «Fernando Baratas», apresentaram-se a 150 empresas e firmas de reconhecido mérito, para convidarem a passar uma semana de férias grátis nas unidades daquelas organizações em Albufeira, o empregado ou empregada, que deve-se distinguir pela sua competência e dedicação. Este poderá fazer-se acompanhar por um familiar, sendo a oferta constituída por quarto e pequeno almoço, além de 20% de desconto nas refeições e convite para a «Noite de Folclore», válida para o período que decorre até 15 de Março e de 1 de Novembro a 20 de Dezembro.

CEPEMAR (CENTRO DE PESCA DESPORTIVA NO MAR), LDA.

Entre Rodolf Hendricus Streur e António Carlos da Cruz Cordeiro, foi constituída uma sociedade comercial denominada «Cepemar — Centro de Pesca Desportiva no Mar, Limitada», com sede na Rua Coronel Figueiredo, n.º 32, em Lagoa e com um capital social de 500 000\$00. O seu objecto é a exploração do ramo turístico da pesca desportiva no mar e actividades recreativas com ele conexas.

BOLSEIROS DA A. F. S. REÚNEM NO ALGARVE

A Secção Portuguesa da A. F. S. (American Field Service), no âmbito dos seus programas interculturais, organizou, através do seu Núcleo no Algarve, a vinda a esta Província, de 26 a 28 de Janeiro, de 12 estudantes estrangeiros — americanos, franceses, alemães, suecos, italianos, austríacos

o tailandeses, que a A. F. S. tem como bolseiros entre nós, no corrente ano lectivo.

Será assim um ensejo não apenas para confraternização como para contacto com a região meridional portuguesa, através de um interessante convívio programado. Várias entidades colaboram nesta iniciativa, entre as quais a Capristanos e o hotel «Sol e Mar», em Albufeira.

«II SEMANA DO GOLFE AMADOR QUINTA DO LAGO E AVIS»

Organizado pelo Clube de Golfe da Quinta do Lago e «AVIS» (rent-a-car) decorrerá, de 18 a 24 de Março, a 2.ª edição da «Semana do Golfe Amador», manifestação desportiva anual a desenrolar naquele complexo turístico, que alcançou grande êxito no ano transacto quando da edição inaugural. Trata-se de uma meritória iniciativa onde a motivação do golfe servirá de estímulo à actividade turística.

O evento está sendo motivo de uma ampla promoção tanto no país, como além-fronteiras.

O calendário da competição está assim ordenado:

Dia 18 (domingo), Dia de treinos; 19 de Março (segunda-feira), Competições «Stableford»; 20 de Março (terça-feira) — Taça «AVIS» (18 buracos — equipas de 4); 21 de Março (quarta-feira), Taça «Trovarador Rosé» e «cocktail» para distribuição dos prémios: 22 de Março (quinta-feira), — Torneio «Quinta do Lago/AVIS» (homens — dal play — 1.ª mão) e taça «Ectetic» (senhoras); 23 de Março (sexta-feira), Torneio «Quinta do Lago/AVIS» (2.ª mão) e taça «Algarve Tours» (senhoras); 24 de Março (sábado) — Semifinais e finais das competições e «cocktail» para distribuição dos prémios.

As inscrições devem ser dirigidas ao Clube de Golfe da Quinta do Lago — Almansil — Algarve. Os «arrangements» são efectuados pela «Algarve TOURS» — Rua 1.ª de Maio — Faro.

DISTINÇÃO PARA UNIDADE HOTELEIRA ALGARVIA

O Instituto de Socorros a Náufragos, conforme despacho inserido no «Diário da República», distinguiu o Hotel Eva, em Faro, através do seu director, sr. Alberto Strazera, com diploma e medalha de agradecimento, pela valiosa colaboração sempre prestada àquele Instituto.

De referir sobretudo o apoio concedido com a cedência da piscina e outras facilidades, quando da realização de curso de nadadores-salvadores.

Aquelas distinções foram entregues no decurso de uma cerimónia que se efectuou no Gabinete do Capitão do Porto de Faro, comandante Baptista Correia, com a presença de vários oficiais do Departamento Marítimo do Sul e outras entidades.

NOVO RESTAURANTE EM QUARTEIRA

Um novo restaurante foi aberto em Quarteira, frente ao mar, denominada «Restaurante-Grill Dom José». É propriedade de dois conhecidos profissionais da hotelaria — José António Oliveira (proprietário do restaurante «A Tranca», de Almansil) e Jorge Assis (que foi chefe de bar no Clube do Golfe do Vale do Lobo).

«FELÍCIO & FIGUEIREDO, LIMITADA»

Tendo como objectivo o exercício da indústria hoteleira, foi constituída, entre Joaquim de Carvalho Figueiredo e Manuel José Horta Felício, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Felício & Figueiredo, Lda.». Com um capital de 250 contos, tem a sua sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 40-B, em Faro.

EDIFÍCIO SANTO ANTÓNIO

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

★ Mais 40 fogos de 3 e 4 assoalhadas e 2 lojas num edifício de 11 pisos, estão a ser concluídos pela Empresa de Construções Símbolo, Lda. junto à Praça de Toiros.

★ Se reside em Vila Real de Santo António adquira o seu próprio andar e habite num dos mais modernos edifícios da vila.

★ Se pretende um bom investimento As características deste edifício garantem-lhe:

- ★ Qualidade
- ★ Valorização
- ★ Rendimento
- ★ Ocupação e rendimento

Peça-nos informações:

— VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
EDIFÍCIO SANTO ANTÓNIO
— LISBOA
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 74-8.º
Telefones 778100/778540

Status

ESTUDANTES DO ANO PROPEDÊUTICO PÕEM EM CAUSA CONDIÇÕES DE ENSINO

Durante o plenário de estudantes do ano propedêutico de Faro e Olhão, reunido na escola de Faro, foram apresentadas as conclusões que visam obstar ao isolamento e à própria maneira como o ensino é transmitido pela Televisão, tendo sido expostas do seguinte modo:

1 — Manifestar-se contra a selectividade do Ano Propedêutico e lutar por limar o seu carácter selectivo. 2 — Tendo em conta que o «número clausus», não corresponde às necessidades do ensino e do Povo — lutar contra o «número clausus». 3 — Incentivar a formação de Centros de Apoio em Portimão e Tavira e melhoramento do de Faro. 4 — Apelar aos colegas do propedêutico para a formação de grupos de estudo. 5 — Contra a carestia dos estudos, exigir ao MEIC a baixa do preço do custo do ensino, a nível das propinas e dos

textos. 6 — Lutar por salvaguardar a saída profissional dos estudantes. 7 — Exigir que a matéria do 1.º exame não seja incluída na matéria do 2.º.

Na mesma altura foi ainda aprovada a seguinte moção:

«Um grupo de alunos do Ano Propedêutico, reunidos em Faro no dia 17 de Janeiro, analisando os problemas do Ano Propedêutico, vem protestar pelas situações de atraso na vinda dos textos de apoio e na deficiência das transmissões de TV que suprimem os primeiros 7 minutos de emissão.

Este grupo de alunos manifesta-se também contra o facto dos trabalhadores-estudantes não poderem assistir às aulas por não haver 2.º canal no Algarve, e declaram-se dispostos a fazer tudo para que estas situações sejam alteradas.»

CORPOS GERENTES DA SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO OLHANENSE

Em assembleia geral foram eleitos os novos corpos gerentes da Sociedade Filarmónica União Olhanense, que ficaram assim constituídos:

Assembleia geral — presidente, Emiliano Lázaro Fragata; vice-presidente, Arnaldo da Conceição Viegas; secretários, Vítor Manuel dos Reis Forra e António dos Santos Vicente; vogais, João Irineu Forra Poeira e António Fernando da Silva Barnabé.

Direcção — presidente, Delfim Helles Ferreira Dias; vice-presidente, João Félix Rosa; secretários, Jorge Madeira Viegas e António Manuel Rosa de Sousa; tesoureiro, José Valdemar dos Santos Forra; vogais, António Poeira Feliciano e António Ludegero Carlos da Silva.

Conselho fiscal — presidente, José Francisco Bruno; secretário, Luciano Florêncio; relator, Fernando Rodrigues da Cruz.

EMPREGADO

Empresa que comercializa Material Eléctrico de Baixa Tensão, Iluminação, Fios e Cabos Condutores, pretende um responsável com conhecimentos práticos dos materiais que comercializa.

Resposta com experiência, referências e ordenado.

APARTADO 200 — FARO

nada poderá substituir uma peça legítima!



DESPORTO NO ALGARVE

FUTEBOL EM COMENTÁRIO

Secção de João Leal

No sempre entusiástico «derby algarvio» a hegemonia pertenceu à equipa da casa. Com efeito tributa-se de inteiramente justa a vitória do Farense sobre o onze de Olhão, atendendo ao cunho ofensivo, movimentação global e índice técnico com que os vencedores se houveram.

Animosos a réplica dos visitantes, mas sem um intuito concretizador definido e soçobrando após o terceiro gol dos locais.

Numa longa deslocação até Elvas o Portimonense perdeu o comando já que o seu companheiro, Juventude, foi ganhar a Almada.

O nulo registado não lhe anula pretensões e os barlaventinos dispõem de uma estrutura colectiva e de valores individuais que lhes permitem a discussão do título.

Na III Divisão, no encontro da jornada, o Silves-Beja, o nulo permaneceu ao cabo dos 90 minutos. A boa disposição táctica dos alentejanos contrariou a pressão algarvia e permitiu-lhes manterem-se incólumes, conservando, isolados, o comando. Como se esperava o Esperança derrotou o Quarteirense e o Lusitano averbou

uma oportuna e necessária vitória sobre o Aljustrelense. Amanhã o Farense desloca-se a Lisboa para, no Restelo, defrontar «Os Belenenses» em mais uma eliminatória da «Taça de Portugal». No domingo e no Estádio Padinha, em Olhão, o Olhanense receberá outra equipa da I Divisão — o Académico de Coimbra.

RESULTADOS DOS JOGOS

Taça de Portugal

Olhanense, 6 — Loures, 0

Campeonatos Nacionais

II Divisão

Farense, 3 — Olhanense, 1

«O Elvas», 0 — Portimonense, 0

III Divisão

Lusitano, 1 — Aljustrelense, 0

Silves, 0 — Beja, 0

Esperança, 3 — Quarteirense, 0

Juniões

I Divisão

Farense, 0 — Benfica, 1

V. Setúbal, 6 — Portimonense, 0

Campeonatos Distritais

I Divisão

Marítimo, 3 — Beira Mar, 0

Campinense, 2 — Lagoa, 0

Armazenense, 1 — M. Alvorense, 0

Inf. Sagres, 2 — Louletano, 1

Juniões

Lusitano, 1 — Louletano, 1

Torraltá, 5 — Esperança, 0

Amador Lagos, 0 — São Luís, 1

Juvenis

Lusitano, 1 — Fuseta, 0

Sambrazense, 0 — Olhanense, 4

Tavirense, 5 — São Luís, 1

Campinense, 0 — Torraltá, 6

Quarteirense, 1 — A. Lagos, 2

Iniciados

Silves, 3 — Campinense, 1

Lagoa, 2 — Portimonense, 3

A. Lagos, 3 — Esperança, 0

Fuseta, 1 — São Luís, 0

Marítimo, 1 — Olhanense, 0

Farense, 0 — Lusitano, 1

JOGOS MARCADOS PARA ESTE FIM DE SEMANA

Taça de Portugal

Olhanense-Ac. Coimbra

Belenenses-Farense

Campeonatos Nacionais

Juniões

I Divisão

Belenenses-Farense

Portimonense-C. Piedade

Campeonatos Distritais

I Divisão

Leões Tavira-Moncarapachense

Sambrazense-Leões Bairro

Beira Mar-Operários

Fuseta-Marítimo

Lagoa-11 Esperanças

Montes Alvorense-Campinense

Louletano-Armazenenses

Torraltá-Inf. Sagres

Juniões

Armazenenses-Lusitano

Louletano-Torraltá

Esperança-Amador Lagos

São Luís-Silves

Tavirense-Olhanense

Juvenis

Farense-Fuseta

Lusitano-Olhanense

Sambrazense-São Luís

Esperança-Louletano

Portimonense-Torraltá

Campinense-A. Lagos

Iniciados

Portimonense-Campinense

Esperança-Lagoa

Louletano-Silves

Ginásio-São Luís

Lusitano-Marítimo

Farense-Fuseta

CAMP. DIST. RESERVAS DO ALGARVE

Com a participação de 6 equipas, Esperança, Portimonense, Torraltá, Farense, Olhanense e Fuseta, principia no dia 7 de Fevereiro o Campeonato Distrital de Reservas, organizada pela Associação de Futebol de Faro. Os jogos disputam-se às 4.ª feiras, às 21h 30m. A jornada inaugural compreende as partidas: Esperança-Olhanense, Portimonense-Torraltá e Fuseta-Farense.

JUDO EM FARO

Amanhã, às 15h., no Pavilhão do ciclo, realizar-se-á o Campeonato Regional por Equipas de pesos, organizado pelo Sport Faro e Benfica, com a colaboração da Associação de Judo do Algarve e da Direcção Geral dos Desportos consoante os prémios de ofertas de várias empresas. A Entrada Livre.

Seminário sindical para trabalhadores da industria hoteleira

Decorreu na Aldeia das Açoteias (Albufeira) um seminário sindical para trabalhadores da indústria hoteleira que registou a participação de cerca de 60 sindicalistas, representantes de unidades hoteleiras do Algarve.

Foi o mesmo promovido pela F. D. T. (Força Democrática do Trabalho), com o apoio do SINDHAT (Sindicato Democrático de Hotelaria, Alimentação e Turismo). Os trabalhos foram orientados por Ruben Raposo e Roque Martins.

De entre os temas abordados contam-se: situação sindical em Portugal, especialmente no sector; a problemática da organização sindical e a adesão à U. G. T.; a legislação laboral em vigor, com relevo para os contratos a prazo, greves, despedimentos e férias e a situação económica do sector, tendo os sindicalistas presentes afirmado o seu empenhamento na recuperação económica do mesmo, pela via do diálogo e de um modo participativo, sem que para tal ponha em risco os seus direitos e garantias.

Na secção de encerramento esteve presente um elemento do secretariado nacional do SINDHAT que apelou para o empenhamento dos participantes na acção sindical e na dinamização e implantação deste organismo sindical no Algarve, cujo secretariado regional foi há dias empossado.

FARO em notícia

DIRECTORES DE AEROPORTOS PORTUGUESES REUNEM EM FARO

Os directores dos aeroportos portugueses, vão reunir, em Faro, nos dias 13 e 14 de Fevereiro, para estudo de problemas de gestão com vista a uniformizar procedimentos e analisar as técnicas da exploração.

A reunião será presidida pelo director-geral dos Aeroportos.

ALIANÇA FRANCESA DE FARO

Na Aliança Francesa, em Faro, o escritor Jean-Claude Rondil, falou sobre *Provence, fille de Rhône et du Soleil*, conferência que foi acompanhada com a projecção de várias imagens e audição de música daquela região francesa.

A apresentação do conferente esteve a cargo do dr. Joaquim Magalhães, presidente da direcção daquele organismo cultural.

Em Lisboa o Jornal do Algarve, vende-se na Tabacaria Mónaco, no Rossio.



Estores Persianas

Fazem-se e reparam-se, em alumínio, metálicos, plásticos e verticais. Colocam-se em automóveis. Vendem-se acessórios.

Trata: Gavino B. Simões — Rua D. Francisco Gomes, 37-3.º Esq. — Telef. 09 — Vila Real de Santo António.

Vendem-se

Apartamentos com 3 assoalhadas e lojas no r/c em Vila Real de Santo António, na Rua Egas Moniz, próximo aos Bombeiros.

Tratar com Rodrigues — Rua do Exército, 30 na mesma Vila.

Abel Figueiredo Luís, Sucessores, Pesca e Conservas, S.A.R.L.

Rossio de S. João LAGOS

Convocatória

É convocada a Assembleia Geral Ordinária desta Sociedade para reunir no dia 26 de Fevereiro de mil novecentos e setenta e nove, pelas dezasseis horas, na Sede Social (Rossio de S. João — Lagos), com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e contas do Conselho de Administração e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de mil novecentos e setenta e oito;

2.º — Eleição dos Corpos Gerentes para o triénio 1979/1981;

3.º — Apreciar e deliberar sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Lagos, 30 de Janeiro de 1979.

O Presidente da Assembleia Geral

Maria Amélia Marques dos Santos Figueiredo Luiz

PRECISA-SE

Pessoa bastante qualificada para cargo de responsabilidade, em Faro, para trabalhar em Agência de Viagens, com conhecimentos do mercado de exportação.

Guarda-se sigilo. Resposta a este jornal, ao n.º 112.

LAVANDARIA DRAGÃO — Vila Real de Santo António

Informa todos os seus Ex.ºº Clientes, e o público em Geral:

Que não tem Sociedade, nem trabalha, com qualquer outra Lavandaria, ou Empresa.

É exclusivamente do seu proprietário, Francisco Caetano Martins Gonçalves, Rua José Barão n.º 50, telef. 358.

Propriedade

Procuo propriedade ou terreno sem ou com casa simples. Indicar situação, superfície e preço. Resposta para: Sr. Van Zanten, Krannenburgerweg 62, Haia — Holanda.

COMPASAL Companhia Salineira do Algarve, S. A. R. L.

Rua Almirante Reis, 100 — Telef. 72734 — OLHÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convocados os senhores accionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 5 de Março de 1979, pelas 10 horas, na Sede Social, em Olhão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Deliberarem sobre o direito de preferência, conforme estipula o parágrafo único do Artigo 7.º do Pacto Social, na transmissão onerosa de 3.000 acções de que é possuidor o Ex.ºº Senhor Eng.º Adolfo Gonçalves.

Olhão, 29 de Janeiro de 1979.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

José Gago Sequeira

EMPREGADO

RESPONSÁVEL POR SERVIÇOS COMERCIAIS

Empresa que comercializa bens de consumo, em fase de expansão, pretende admitir:

Um responsável por promoções junto de revenda e venda directa.

Oportunidade de ingresso numa Empresa dinâmica, estabilidade e bom ambiente de trabalho.

Remuneração adequada.

Consideramos a candidatura desde que envie o seu «curriculum vitae» detalhado e ordenado pretendido.

Apartado 200 — FARO

Câmara Municipal de Vila Real de Santo António EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATACÃO DA EMPRETADA «ARRUAMENTOS E REDE FLUVIAL DA ZONA POENTE DE MONTE GORDO (SERTÃO)

PREÇO BASE 12.128.640\$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA 303.217\$00

ALVARÁ EXIGIDO — 1.ª Subcategoria da IV Categoria da Classe 2 B.

Local, dia e hora limite para entrega das propostas — Secretaria da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, até vinte dias após a publicação do presente edital no Diário da República.

Local, dia e hora do acto público do concurso — primeira reunião imediata após término do período indicado.

Local e horário para exame do processo — Secretaria da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, todos os dias úteis, dentro das horas de expediente.

NOTA: — As reuniões da Câmara realizam-se todas as quartas-feiras.

Paços do Concelho de Vila Real de Santo António, 17 de Janeiro de 1979.

O PRESIDENTE DA CAMARA,

António Santos Reis

Fundo de Fomento da Habitação AVISO

CONCURSO PARA DISTRIBUIÇÃO DAS HABITAÇÕES QUE CONSTITUEM O BAIRRO DA CERCA DA FEIRA, EM SILVES.

1 — Torna-se público que está aberto concurso pelo prazo de 30 dias, de 30 de Janeiro a 1 de Março do corrente ano, para atribuição, em regime de arrendamento, das 20 habitações sociais que constituem o bairro da Cerca da Feira, em Silves.

2 — Este concurso far-se-á por classificação dos concorrentes, de acordo com o Regulamento dos Concursos para atribuição de habitações sociais, promulgado pelo Decreto-Regulamentar n.º 50/77, de 11 de Agosto e demais legislação em vigor.

3 — Nos termos da mesma legislação, o concurso será válido por 1 ano, podendo habilitar-se ao mesmo os cidadãos nacionais, maiores, cujos agregados familiares auferirem rendimentos que não ultrapassem os seguintes limites:

2 pessoas	17.100\$00
3 pessoas	21.375\$00
4 pessoas	22.800\$00
5 pessoas	25.650\$00
6 pessoas	27.360\$00

4 — De acordo com a Portaria n.º 386/77 de 25 de Junho, para os agregados familiares que auferirem rendimentos superiores a 17.100\$00, as rendas dos fogos dos tipos 2 e 3 são, respectivamente, de 2.130\$00 e 2.430\$00.

Para os restantes agregados a renda será calculada em função do rendimento e número de filhos, nos termos da mesma Portaria.

5 — A área de influência de agrupamentos é limitado ao Concelho de Silves.

6 — Os questionários para habilitação ao concurso, deverão ser obtidos na Câmara Municipal de Silves, onde se encontra afixado o Programa do Concurso, devendo ser entregues na mesma Câmara dentro do prazo estipulado, directamente ou por meio de carta registada com aviso de recepção.

7 — Todos os esclarecimentos podem ser prestados na Câmara Municipal e no Fundo de Fomento da Habitação — Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 87 B.º — Lisboa.

Lisboa, 24 de Janeiro de 1979.

JORNAL DO ALGARVE
N.º 1141 — 2-2-79

TRIBUNAL JUDICIAL DA
COMARCA DE VILA REAL
SANTO ANTÓNIO

Anúncio

2.ª PUBLICAÇÃO

Pelo presente se anuncia que por este Juízo e respectiva secção correm editos de TRINTA DIAS contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, notificando o executado JOAQUIM DE OLIVEIRA PALHA, casado, industrial, com a última residência conhecida na Aldeia Turística Monte Fino, freguesia e concelho de Vila Real de Santo António e actualmente em parte incerta, de que por despacho de 15 de Junho de 1978 proferido nos autos de execução de sentença n.º 37-B/75 que Farauto, Lda, com sede em Faro move contra o executado acima referido, foi ordenada a penhora no prédio rústico sito nas Hortas, freguesia de Vila Real de Santo António, loteamento do Monte Fino, Lote C-23, com a área de 207 m2, para construção urbana, que confronta do norte com a Rua A em projecto, sul com a Rua C em projecto, nascente com o Lote C-22 e poente com a Rua A em projecto, omissis na respectiva matriz predial e descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho sob o n.º 8 669, a fls. 134 v.º do Livro B-21, do qual foi nomeado depositário judicial José António Parra, residente nesta vila, a quem, por isso, incumbe no futuro, a sua guarda e administração, abrangendo a penhora todas as pertenças, produtos, frutos e rendas.

Vila Real de Santo António, 18 de Janeiro de 1979.

O Juiz de Direito,

António Alberto de Carvalho Saraiva Coelho

O Ajudante de Escrivão,

António Manuel da Fonseca Costa

Precisa-se

Vendedores(as) à Comissão para todo o Algarve em part-time.

Resposta à Rua da Princesa 13 B-1.º Esq. — Vila Real de Santo António.

VENDE-SE

Traineira «Vinte Quatro de Abril» ex-Agadão.

Tratar c/ Joaquim Rosa Gomes — Telefone 73977 — OLHÃO.

Andar em Faro

Pretende-se alugar, com 2 ou 3 salas, bem localizado, com telefones, para escritório de empresa do ramo de Turismo.

Resposta a este jornal, ao n.º 111.

A PONTA DA AREIA

Terra de cara lavada...

UMA terra de cara lavada é sempre um motivo de atracção, tanto para nacionais como para estrangeiros. Vila Real de Santo António, pela sua configuração urbanística, possui todas as condições para ser uma das terras mais asseadas do País. As suas longas ruas e avenidas, largas e rectas,

com os passeios tratados e largos, permitem à edilidade local a promoção de uma permanente campanha de limpeza da vila, que possa até servir de exemplo a outras vilas e cidades, não só algarvias, mas de todo o País.

E é pena que, não só os residentes na vila — talvez pelo hábito diário não se apercebem disso — mas, sobretudo, os que visitam esta vila fronteiriça, especialmente estrangeiros, tenham, com certa frequência, que deparar com o espectáculo pouco aliciente de verificarem, em especial quando há vento, dos autênticos «bailes» de papéis, ou parcelas de ruas «atrapetadas» com pedaços de cartão ou plástico e, quantas vezes, até restos de alimentação.

E por estes factos que temos constatado, com mais frequência do que seria para desejar, que aqui chamamos a atenção para os responsáveis pelos interesses desta bonita localidade fronteiriça, no sentido de que venham a providenciar para que a limpeza pública, em especial no que se refere às ruas circundantes do Mer-

(Conclui na 5.ª página)

NOTAS sem valor

UM ENCONTRO HISTÓRICO

POR dias, estiveram reunidos em Bruxelas os responsáveis dos partidos socialistas e alguns social-democratas, da Europa Ocidental.

Essa importante reunião tinha como finalidade a análise profunda da situação política, económica e social dos países que formam o bloco da CEE e, consequentemente, procurar encontrar o remédio eficaz para a tentativa de cura do «doente». (Que remédio poderá ser eficaz para um «doente» que faz parte de um mundo em que não pode haver cura possível contra o vírus pernicioso da injustiça flagrante da sociedade capitalista que para poder (sobre)viver precisa intensificar, sempre e mais, a exploração do homem pelo homem, da técnica e da ciência ao serviço dos grandes monopólios?)

Adiante. Todos esses encontros, que têm sido numerosos e muito importantes, estão e estarão votados ao malogro, a médio ou longo prazo, porque não há forças no mundo que possam fazer parar a roda da História...

Pode existir muita boa vontade, muita inteligência, muita sagacidade da parte de todos os ilustres elementos que fazem parte dessas reuniões, membros da comunidade dos partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental, para uma ou para mil tentativas de «endireitar» os governos, os regimes dos quais são responsáveis. Mas a marcha da Humanidade dita lições tão incontestáveis que não há coligação de forças capazes de a fazer deter.

Nesta reunião, importante como todas deste género, os partidos socialistas, português, espanhol e grego foram admitidos, como observadores válidos para todos os «negócios» ali congemidados e tratados.

Depois de uns quantos dias de trabalho intenso, exaustivo, pleno de boa vontade em poderem atingir os objectivos previstos, de cedências e (in)cedências da parte dos partidos irmãos, os partidos socialistas dos países mais desenvolvidos, mais industrializados e ricos, como sejam os da Alemanha Federal, da Suécia, da França, etc., chegaram à conclusão que os três países candidatos à entrada na CEE, para o conseguirem, carecem de alcançar certos parâmetros no saneamento das suas finanças, no desenvolvimento das suas indústrias e agricultura, na eliminação da autêntica calamidade que é o desemprego que, nestes países, representa uma cifra demasiadamente elevada para as capacidades reais de cada país.

Só que... só que foi claramente dito e lamentado, que, no momento presente, o número oficial de desempregados que «estrangula» os países da CEE se eleva a mais de 6 milhões de pessoas! Seis milhões de desempregados nos países da Europa Ocidental que formam a CEE é um número de respeito, e faz pensar a sério na urgente (mas impossível, a nosso ver) modificação desta aflitiva situação, criada por um sistema que, em devido tempo, foi revolucionário mas que, hoje, está ultrapassado e condenado a desaparecer: o sistema capitalista.

Agora, e só para lembrar a alguns dos nossos leitores, vale a pena dizer do enorme contraste que, neste aspecto, se verifica, com os países de regime socialista onde, em vez de desemprego, existe uma aflitiva falta de mão-de-obra, para o constante desenvolvimento das indústrias, da ciência e de outros objectivos, de que são únicos beneficiários os que trabalham — e não, como nos países de regime capitalista e monopolista, em que o resultado da produção de riqueza da grande maioria do povo vai direita para os cofres da minoria de exploradores, dos grandes grupos de industriais, dos grandes monopólios, fomentadores, em última análise, do mal-estar, do desemprego e da miséria que aflige uma importante parcela da população.

Não nos pareça que haja remédio para a eliminação desses milhões de desempregados, com o sistema que explora e oprime o povo trabalhador. O tempo, grande mestre da Humanidade, nos dará razão. Estamos certos disso.

A. Vicente Campinas

comarca de LOULÉ

NA MELHOR CIDADE CAI A NÓDOA...

ELEVAR a vila de Loulé a cidade e a freguesia de Quarteira a vila, por si só, não resolve os problemas do concelho louletano.

E mesmo que o Ameixial, a título honorífico, fosse a partir de amanhã a capital do país, os mesmos problemas concelhios de sempre continuariam à espera de solução, ainda que outra fosse a intenção dos que por hipótese desejassem reconstruir o Terreiro do Paço nas margens simpáticas do Vascão...

Mas esta constatação não impede que a Câmara e a Assembleia Municipal de Loulé se decidam a executar um verdadeiro plano de descentralização concelhia, sem hipocrisias e sem tibiezas.

Pois se até hoje houve de facto pretextos para não se descentralizar determinados serviços municipais (uns para a zona rural, outros para a zona litoral), cremos que a partir da aplicação da Lei das Finanças Locais não haverá mais razões para manter, por exemplo, Quarteira ao nível de boite pública do concelho.

É evidente que em Quarteira estão radicados interesses que por vocação se esquecem da Serra, das populações do interior e para os quais o Ameixial é uma coisa longínqua, lá no fim do mundo, que até deveria desaparecer pela simples razão de possuir muito xisto e nenhuma praia.

Gerou-se inclusivamente numa apreciável faixa das habitantes do litoral uma espécie de doença segundo a qual, terra que não tenha areia e mar, não presta, ainda que o queijinho fresco de cabra entre outras coisas lhes saiba bem.

Mas outra doença todavia se alojou em certas cabeças do interior, que as leva a não entender que Quarteira por ter hotéis e praia não precisa de Cultura, de Saúde, de ruas, de outro mercado e de determinados serviços municipais...

Evidentemente, Quarteira não tem culpa de ter crescido e de possuir hoje um aspecto incomparavelmente mais sadio do que há 25 anos... Nem poderão ser atribuídas responsabilidades ao Município de Loulé pelo facto da serra ter sido degradada e votada ao esquecimento e à esterilidade económica.

Nem tão pouco será justo que alguns quarteirenses, aqueles poucos que são tão quarteirenses como eu de Odemira, se esqueçam que afinal Loulé Velha fica em Quarteira!

Mas, voltamos a repetir, isso não impede que a Câmara e a Assembleia Municipal de Loulé pense a sério num plano de descentralização concelhia.

Não nos referimos, como é óbvio a um qualquer plano remediado do género «vamos fazer ali aquilo para tapar a boca àqueles rapazes»... Referimo-nos a um Plano com pés e cabeça.

Por exemplo, desculpem-nos este reparo os elementos da Comissão Municipal do Museu que não têm disso culpa, não compreendemos a razão porque Loulé ao decidir criar um Museu Municipal ou dois Museus num só, não fez destinar a parte etnográfica para a futura vila de Quarteira reservando-se a futura cidade ao direito plenamente justificado de possuir a parte arqueológica e histórica.

Este é um exemplo apenas. Haverá outros.

F. Pontes Duarte

Praia de Tavira

Vende-se Restaurante na Praia de Tavira, devidamente legalizado e classificado em 3.ª classe.

Contactar com o próprio pelo telefone 22247 - TAVIRA.

UM LAR DA TERCEIRA IDADE NÃO PODE SER ARMAZÉM PARA ESCONDER VELHOS

por José Veloso

PARTICIPEI, no passado dia 20 de Janeiro, numa Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Lagos, que me vale a pena comentar, atónito por coisas que lá foram ditas, sobre o Lar da Terceira Idade que esta Misericórdia está em vias de construir e pelo que penso sobre o projecto para o mesmo.

Como sou um dos arquitectos que trabalha em Lagos, é evidente que fiquei muito agradado com a informação que a Provedoria, por sua iniciativa, prestou, de que, quando decidiu iniciar trabalho orientado para a construção do Lar da Terceira Idade, pensou em consultar para o efeito os arquitectos da cidade.

Foi bastante surpreendente ouvir a mesma Provedoria dizer que, tendo então, naturalmente, entrado em contacto com a Câmara Municipal, através do presidente desta, foi-lhe dito que deveria contratar para esse trabalho um arquitecto conhecido do presidente, porque era pessoa que sabia fazer projectos para lares de terceira idade e além disso, tinha contactos e relações nas «entidades competentes» e que, portanto, não só o projecto seria facilmente aprovado, como haveria com certeza dinheiro para a obra, obtido nos órgãos do Governo.

Continuou a Mesa da Provedoria informando que, tendo então procedido conforme o conselho do presidente da Câmara, de facto, rapidamente, apareceu um cheque de 10 000 contos, sem que se tenha no entanto percebido bem como, uma vez que o projecto nem sequer estava aprovado, e, aliás, ainda não está.

Após este interessante relato, não foi no entanto possível obter mais pormenores sobre o assunto naquela Assembleia Geral, uma vez que, precipitadamente, como se provou depois, foi aceite pela Mesa, e votado favoravelmente pela Assembleia, um requerimento para que se passasse imediatamente ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Não se me diminuiu com o acontecimento a curiosidade de saber mais sobre aquelas espontâneas revelações, e assim venho averiguar que sobre o tal projecto não foi emitido qualquer parecer oficial pela Câmara Municipal, que não foi submetido a apreciação dos seus serviços técnicos e que, mesmo antes de ser conhecida a opinião dos organismos governamentais, foi no entanto posta a concurso público a sua construção.

Confesso que fico bastante baralhado com este tipo de ocorrências e com certeza serei perdoado de dificilmente poder aceitar que tudo isto se fez assim apenas para o bem dos velhos da minha terra.

É claro que é importante, é urgente, que o apoio à velhice, com todos os dramas que esta tantas vezes transporta, tome formas democráticas de respeito por quem trabalhou toda a vida.

Mas agora, e ainda por cima tendo na frente as peças de projecto que serviram para o referido concurso público de construção do Lar da 3.ª Idade de Lagos, palpita-me seriamente, e formo até a convicção segura, de que, na mencionada sucessão de acontecimentos, pelo menos o objectivo de fazer surgir uma obra sobrelevou qualquer vontade honesta de atender, com seriedade, as dimensões físicas e mentais daqueles a quem a velhice inapelavelmente atingiu.

Em primeira instância, a perspectiva com que se olha para o problema da velhice é o fulcro da questão, mais a mais com o exemplo bem presente das formas abomináveis dos asilos promovidos pelo fascismo em Portugal.

Assim, não quero fugir à responsabilidade que entendo que, neste momento, e com os elementos disponíveis, me cabe, como cidadão e como arquitecto, de expor, e com grande alarme, o que vejo nas peças de projecto a que tive acesso.

Estou consciente sobre os riscos que corro, até pela previsão das inevitáveis opiniões venenosas de que serei movido pelo despeito de não ter feito o projecto, ou de que estarei tentando, por quaisquer tenebrosas e maquiavélicas razões (o costume...), boicotar a construção do Lar da 3.ª Idade de Lagos.

Mas entendo que me cabe o direito de mandar às urtigas essas prestimosas opiniões, e cá estou. E estou, não é fazendo doutos comentários, nem emitindo sábios pareceres, mas é fazendo perguntas. Assim, sabem as pessoas da minha terra que, no projecto do Lar da 3.ª Idade de Lagos:

- * nem um único quarto de dormir para os velhos tem janela para a rua?
- * as janelas desses quartos dão para saguões de dois metros e meio por quatro metros, a que chamam posposamente pátios?
- * um velho deitado na sua cama só tem em frente da sua janela, e a dois metros e meio de distância, as janelas de outros quartos, onde vê tudo o que lá acontece?
- * aquilo a que chamam as salas de estar para o convívio dos velhos também não tem janelas para a rua?
- * que no refeitório é a mesma coisa?
- * que a maneira de se espreitar alguma coisa do mundo cá fora é por umas aberturas no fundo do corredor?
- * para não dizer mais, que todo o edifício parece assim uma espécie de caserna ou armazém fechado, onde quem lá entra só é visto outra vez no caixão?

É a uma coisa destas que se pode chamar um Lar onde alguém se recolha com alegria e boa disposição? É isto que todos os que um dia serão velhos querem para os ajudar nos problemas que nessa altura tiverem?

Pois é isto que foi impingido à Misericórdia de Lagos para construir, e os trabalhos para as obras vão começar, assim o disse a Provedoria.

FREGUESIAS E MUNICÍPIOS

Importantes decisões tomadas pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

CASA DA CULTURA

A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António decidiu promover um debate público, por proposta submetida pelos vereadores srs. Setúbal, Fernando Vargas e Mota, com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para a perspectiva da criação da Casa da Cultura do concelho, através do nosso jornal.

Pela parte que nos toca, Jornal do Algarve, dentro do espírito de independência que sempre o caracterizou em relação ao poder instituído, mesmo ao local, aceitei o desafio e põe desde já à disposição dos leitores o espaço que dispuser, em cada semana, para que, na perspectiva da defesa do património artístico da vila pomalina, sejam dadas algumas opiniões sobre que tipo de Casa da Cultura desejariam ver nascer no Torreão. Tal não dispensa, porém, que a Câmara Municipal, através dos vastos mecanismos que possui, se ligue à população e às forças sociais mais representativas para que surja uma obra que seja a resultante da vontade de todos.

ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

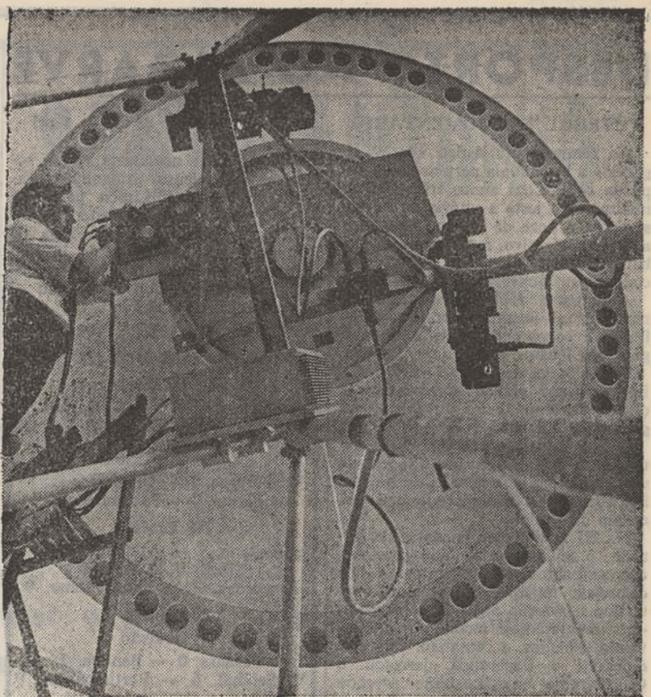
Que respeita ao Ano Internacional da Criança, foi aprovada uma proposta que dá poderes ao pelouro da Cultura para que faça participar a câmara em realizações como concursos de canto, poesia, trabalhos manuais, com prémios em material didáctico; para que possam ser apresentados teatro infantil, paradas de «balhaços» e feita plantação de árvores pelas crianças, sobretudo nos parques infantis já concluídos e, ainda, outras manifestações de carácter colectivo. Foi ainda aprovada uma proposta do vereador sr. Manuel Rosa, propondo o «Dia da Liberdade das Crianças da Margem do Guadiana».

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Foi aprovada uma moção, por unanimidade, da autoria do vereador sr. Manuel Rosa, do PSD, com o seguinte teor:

«Pela votação verificada na Assembleia da República no passado dia 16 queremos congratular-nos, pois a partir dessa data o Algarve ficou mais rico. Face à tomada de posição justa

(Conclui na 5.ª página)



Eis uma nova estação terrestre que capta transmissões de satélites, construída por uma firma britânica, com o apoio do governo inglês. Funciona em 11 GHZ e já captou imagens de televisão a cores.

Poderá ser uma solução para instalações a montar em lugares isolados, onde a população está dispersa por grandes zonas, onde não haja boa recepção pelos meios normais. No futuro irá ser aperfeiçoada com uma fonte de alimentação, funcionando na base da energia solar.

ALCOUTIM CONCELHO ESQUECIDO APRESENTA PLANO DE ACTIVIDADES

É MODESTO, nos recursos e na visão, o plano de actividades da Câmara de Alcoutim, fruto do isolamento de séculos, do abandono, da falta de recursos, das assimetrias regionais, da condição de região serrana. Contudo, dentro das limitações, foi elaborado o plano de actividades a seguir apresentado, por capítulos:

ÁGUAS, ESGOTOS E LAVADOUROS

Neste capítulo, é parecer da Câmara, baseada no princípio que, ao elaborar o plano de actividades para o ano de 1979, não deixará de continuar a focar a necessidade de que os problemas de abastecimento de águas, esgotos e lavadouros, são de 1.ª prioridade em todas as povoações e lugares do concelho, onde, nas zonas rurais, existe um grande número de pessoas da terceira idade, cujos locais de abastecimento se situam a mais de um quilómetro de distância, donde residem, tornando penoso, sobretudo no Inverno, a aquisição deste precioso líquido.

A Câmara, no campo de águas, esgotos e lavadouros, vai cumprir o plano de investimentos que transitou do ano de 1978, proposto ao GaPA, e vai apresentar os novos trabalhos no sector.

Como de premente execução, considera o abastecimento de água à sede do concelho, cujas captações são feitas através de um poço particular e dois poços da Câmara, com caudais que não garantem já o fornecimento de água à vila, pelo que a única solução é o estudo imediato do problema, com duas hipóteses, que, todavia, os técnicos, em melhor posição, poderão dar a solução que melhor possa servir a longo prazo:

— Captação de água no rio Guadiana, construindo-se para o efeito um poço junto à margem do rio, do qual se extrairá a água para a estação de filtração e tratamento, que se construiria no local que melhor se adaptasse às condições de poder servir a rede já existente;

— Estudo da captação da água a norte de Alcoutim, com o aproveitamento hidráulico da bacia hidrográfica a norte do concelho, de forma a que o projecto pudesse servir o abastecimento de água ao Sotavento algarvio, nomeadamente, a todas as povoações, de Vila Real de Santo António a Tavira, onde os problemas são de igual modo graves. Este projecto, traria inúmeras vantagens económicas e seria um problema a planificar a nível regional. Devemos lembrar que o país vizinho, abastece a cidade de Huelva com água captada no rio Guadiana.

Assinale-se que é o primeiro posto de informações existente naquele concelho e encontra-se bem localizado, em zona de fácil acesso, frente ao Hotel Dom Sancho.

Ainda no decurso do actual trimestre é provável a entrada em funcionamento do novo posto de turismo de Olhão, elevando-se assim para 16 o número total de postos de informação turística, com carácter permanente, existentes no Algarve.

a Norte de Alcoutim ou seja a mais de 80 quilómetros.

ESGOTOS

No campo dos esgotos, são incluídos dois trabalhos de fundo: o alargamento da rede da vila, ou seja, o prolongamento nas ruas do Poço Novo e detrás do Castelo, bem assim como a comparticipação para o projecto e construção da rede de esgotos de Martinlongo. Igualmente, vai ser solicitado aos serviços competentes o estudo e projecto de estrumeiras, em zonas rurais de todo o concelho.

LAVADOUROS

Vai continuar a Câmara com os trabalhos já iniciados e projectados, e incluir a implantação de novos lavadouros.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Além de pretender beneficiar e ligar todas as Freguesias e zonas rurais com caminhos municipais, apresenta a Câmara algumas novas construções do maior interesse para as comunicações no Concelho. Inclui o

(Conclui na 5.ª página)

Posto de turismo do Carvoeiro

ESTÁ prevista para o dia 10 de Fevereiro a abertura do novo posto de turismo de uma Comissão Regional de Turismo do Algarve, com a colaboração da Câmara Municipal de Lagoa, criou na Praia do Carvoeiro para servir a região com grandes potencialidades turísticas.

Assinale-se que é o primeiro posto de informações existente naquele concelho e encontra-se bem localizado, em zona de fácil acesso, frente ao Hotel Dom Sancho.

Ainda no decurso do actual trimestre é provável a entrada em funcionamento do novo posto de turismo de Olhão, elevando-se assim para 16 o número total de postos de informação turística, com carácter permanente, existentes no Algarve.

Na semana finda:

SEGUNDO E TERCEIRO PRÉMIOS

35 369 e 21 355
2 400 + 1 200 =
3 600 CONTOS

distribuídos nos balcões da

Casa da Sorte